

30/07/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[MEC faz unificação digital de 99 serviços](#)

[Portaria regulamenta permanência de cubanos](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[MEC quer reunir serviços de inscrições para bolsas e exames em nova plataforma](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Crise de aprendizagem](#)

[O réquiem dos índios](#)

[Quando a criatividade é o produto](#)

[Setor cresce, mas verba diminui](#)

[Cursos se adaptam a tecnologias e hábitos de consumo](#)

O GLOBO - RJ

[Prejuízo na ciência](#)

Imprensa Estadual

CORREIO POPULAR – SP

[Educação e saúde puxam criação de emprego formal](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[A difícil arte da magia na educação](#)

O ESTADO - MS

[40 mil pessoas passaram pela SBPC na UFMS](#)

Agências de notícias e sites

CORREIO WEB

[MEC lança plano de transformação digital](#)

PORTAL BRASIL

[100% dos serviços do MEC serão digitais](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Plataforma deverá unificar acesso a inscrição de Enem, Sisu e Fies](#)

[Educação e saúde puxam criação de emprego formal](#)

AGÊNCIA GLOBO

[MEC divulga plano de transformação digital para 99 serviços até o fim de 2020](#)

PORTAL VEJA

[Plataforma deverá unificar acesso a inscrição de Enem, Sisu e Fies](#)

TERRA

[Educação e saúde puxam criação de emprego formal](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Plataforma deverá unificar acesso a inscrição de Enem, Sisu e Fies](#)

[Educação e saúde puxam criação de emprego formal](#)

[MEC anuncia integração ao portal único do governo](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DA BAHIA - BA

[Estudante de Cajazeiras conquista 1º lugar na SBPC por projeto de tecnologia](#)

[Vagas remanescentes do Prouni estarão disponíveis a partir de 05 de agosto](#)

[Plataforma deverá unificar acesso a inscrição de Enem, Sisu e Fies](#)

O DIA - RJ

[MEC prorroga prazo de renegociação de dívida do Fies para outubro](#)

[MEC anuncia integração ao portal único do governo](#)

Agências de notícias e sites

DIGA BAHIA

CLIPPING



[100% dos serviços do MEC serão digitais](#)

JOVEM PAN (AM)

[MEC vai oferecer 100 serviços na internet até 2020; expectativa é criação de portal único para o governo federal](#)

O COLETIVO

[MEC quer ofertar 99 serviços em portal único na web até 2020](#)

PIAÚÍ NOTÍCIAS

[Mestrado Acadêmico em Letras publica homologação para seleção de bolsista de Pós-doutorado](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[MEC lança Plano de Transformação Digital para quase 100 serviços públicos da pasta](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Plataforma deverá unificar acesso a inscrição de Enem, Sisu e Fies](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC anuncia integração ao portal único do governo](#)

[Plataforma deverá unificar acesso a inscrição de Enem, Sisu e Fies](#)

[Educação e saúde puxam criação de emprego formal](#)

R7

[MEC anuncia plano para unificar inscrições de Enem e Fies](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Inep representa o Brasil em treinamento para análise dos resultados do Pisa](#)

[Último dia de inscrição para pessoas privadas de liberdade](#)

[Ministro do MCTIC participa da 71ª Reunião Anual da SBPC](#)

[Inep representa o Brasil em treinamento para análise dos resultados do Pisa](#)

[MCTIC faz campanha de coleta de resíduos eletrônicos na 71ª SBPC](#)

[Inep realiza pesquisa sobre a coleta de dados da educação superior](#)

[Último dia de inscrição para servidores e professores interessados em trabalhar no exame](#)

TERRA

[Plataforma deverá unificar acesso a inscrição de Enem, Sisu e Fies](#)

Agências de notícias e sites

LE MONDE DIPLOMATIQUE

[Future-se e o aporte de recursos de empresas](#)

PÁGINA 1 - PB

[MEC anuncia que vai digitalizar 99 serviços e prevê economia de R\\$ 32,5 milhões](#)

UERGS

[Cadeia produtiva do Arroz estará em discussão em Cachoeira do Sul](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Cobrança em universidades federais não traz resultados práticos, diz Weintraub](#)

UFSM

[Abertas as inscrições para cursos de inglês do Idiomas sem Fronteiras](#)

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO

[Psicologia da Saúde oferece bolsa de pós-doutorado](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Sou contra cobrar mensalidade em universidades federais, diz Weintraub](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

MEC faz unificação digital de 99 serviços

SOCIEDADE

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem que pretende unificar os 99 serviços da pasta em um único ambiente digital até 2020. Segundo o MEC, a medida vai gerar uma economia de R\$ 6,5 milhões ao ano em recursos públicos, facilitar e simplificar o acesso, solicitação e acompanhamento de serviços. Com o Plano de Transformação Digital, anunciado pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, o usuário terá login e senha únicos para acessar e avaliar todos os serviços prestados pelo Governo Federal. No entanto, algumas tarefas ainda terão etapas presenciais obrigatórias.

O MEC calcula ainda que o plano vai estimular economia de cerca de R\$ 26 milhões para os usuários, totalizando um impacto de R\$ 32,5 milhões. “A maior economia é para o cidadão, em relação ao tempo de espera, deslocamento e custos para obtenção dos serviços públicos. Levamos em consideração quantas vezes o cidadão tem que se deslocar para ter acesso a vários serviços, até nos gastos com transporte”, disse o Diretor de Tecnologia da Informação do MEC, Daniel Miranda Rogério.

A transformação dos serviços públicos prevê também a migração de cada ministério para um portal só, com senhas e logins únicos, que poderá ser acessado em <http://gov.br/>. Dessa forma, com uma única senha, o estudante poderá acessar o programa Educação de Jovens e Adultos (EJA), obter a certificação de ensino médio (Encceja), se inscrever no Enem e disputar uma vaga no Sisu, por exemplo. “Outro exemplo é o balcão digital, que será transformado totalmente. Em vez de o cidadão precisar se deslocar ao INEP para entregar documentos, esse processo vai ser totalmente digital”, acrescentou Miranda Rogério.

Na plataforma atual, a pessoa já pode criar o login único, mas ainda não tem acesso a todos os serviços. Além disso, será criado um espaço dentro da App Store e da Google Play exclusivo para os aplicativos oficiais do governo. A previsão é que, até o fim de 2020, todos serviços federais possam ser acessados com o login único, vinculado ao CPF do cidadão.

Dos serviços que passarão pela transformação digital, 48 são da educação superior; 47, da básica e quatro da profissional e tecnológica. A medida também vai incluir serviços disponíveis na Capes, EBSEH, FNDE e Inep. “Haverá ainda a integração da base de dados, a utilização de ciência e compartilhamento de dados, o que proporcionará o aumento da eficiência das políticas públicas que serão baseadas em evidências e assim tornarão as decisões mais objetivas e transparentes”, informou a pasta.

* Estagiária sob supervisão de Cláudia Dianni

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Portaria regulamenta permanência de cubanos

Documento foi assinado pelos ministros da Justiça e das Relações Exteriores.

Governo vai lançar programa Médicos pelo Brasil e promete estudar solução para permitir trabalho dos médicos da ilha caribenha

Uma portaria interministerial publicada ontem regulamenta a residência de cubanos que participaram do programa Mais Médicos e decidiram ficar no Brasil depois do fim do convênio com a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), em novembro de 2018. O Ministério da Saúde calcula que cerca 2 mil médicos cubanos permaneceram no país. Eles poderão entrar com pedido de autorização para morar no Brasil em qualquer

agência da Polícia Federal.

O documento, assinado pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, e pelo ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, concede aos médicos residência no Brasil por dois anos, sendo que esse tempo pode ser estendido para um período "indeterminado". De acordo com o texto, o ato visa “atender ao interesse da política migratória nacional”.

O Ministério da Saúde está elaborando um novo programa e discutindo algumas possibilidades, como o retorno dos cubanos para o Sistema Único de Saúde. O governo também quer que eles atuem no Saúde da Família, por pelo menos dois anos, e que, nesse prazo, façam o Revalida, o exame que permite que um diploma obtido no exterior seja reconhecido no Brasil.

A decisão ocorre quase nove meses depois de Cuba deixar o programa. Em dezembro de 2018, o governo da ilha caribenha anunciou que sairia do Mais Médicos, criado em 2013 pelo governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), para levar médicos a municípios carentes. A justificativa usada pelo Ministério da Saúde Pública de Cuba foi referências “desrespeitosas e ameaçadoras” aos médicos cubanos feitas pelo presidente Jair Bolsonaro, na época em que a saída foi anunciada.

“Após Cuba irresponsavelmente retirar-se do Mais Médicos por não aceitar dar liberdade e salário integral aos seus cidadãos, quase 100% das vagas já foram preenchidas por brasileiros. Está claro que o acordo do PT era pretexto para financiar a ditadura membro do foro de São Paulo”, disse, na época, em uma postagem nas redes sociais. O presidente, no entanto, não comentou o ato de ontem que beneficia os ex-participantes do Mais Médicos.

A solicitação de moradia no Brasil deverá ser feita à Polícia Federal. Para ter a autorização avaliada, os cubanos precisam apresentar documentos, como a declaração de participação no programa, identidade, fotos 3x4 e certidão de nascimento ou casamento. Será preciso também ter uma certidão de antecedentes criminais dos estados em que tenha morado no Brasil nos últimos cinco anos, além de declaração de ausência de crimes em qualquer país no mesmo período. Caso a autorização de residência seja confirmada, os cubanos devem desistir da solicitação de reconhecimento da condição de refugiado.

De acordo com o porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros, o programa “Médicos pelo Brasil”, com o qual o governo pretende substituir o Mais Médicos, deverá ser lançado na próxima quinta-feira. No último domingo, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, voltou a falar sobre o programa durante a abertura de um congresso, em Belo Horizonte. Segundo o ministro, o Médicos pelo Brasil substituirá gradativamente o Mais Médicos. O número de vagas, no entanto, ainda não foi divulgado. A prioridade do novo programa será o atendimento em municípios com maior vulnerabilidade social. A pasta também já declarou que estuda soluções para manter os médicos cubanos trabalhando no Brasil.

[topo](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

MEC quer reunir serviços de inscrições para bolsas e exames em nova plataforma

Login único deve dar acesso a 99 serviços do ministério; site deve entrar no ar em 2020

Brasília

O Ministério da Educação anunciou nesta segunda-feira (29) um plano para migrar para uma única plataforma o acesso a diferentes serviços da pasta, como inscrições para exames, bolsa de pesquisa e Fies.

Ao todo, 99 serviços devem ser incluídos no modelo, que prevê acesso por meio da plataforma Gov.br. A lista ainda não foi divulgada.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/mec-quer-reunir-servicos-de-inscricoes-para-bolsas-e-exames-em-nova-plataforma.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

Crise de aprendizagem

O País precisa ser capaz de elaborar e implantar políticas aptas a promover um salto na qualidade da educação básica.

Quando se olha o panorama da educação básica brasileira, é nítida a existência de uma crise de aprendizagem. Isso não significa que todo o ensino dado às crianças e aos jovens seja de péssima qualidade ou que não tenha havido avanços significativos em determinadas áreas. É preciso reconhecer, no entanto, que há ainda graves problemas de aprendizado que precisam ser enfrentados. Sem atraso, o País precisa ser capaz de elaborar e implantar políticas públicas aptas a promover um salto na qualidade educacional.

Organizado pelo movimento Todos pela Educação, o Anuário Brasileiro da Educação Básica apresenta a situação da educação no País. Os números impressionam. Há, por exemplo, 2,23 milhões de docentes na educação básica. Desse total, 79,9% têm ensino superior e 36,9%, pós-graduação. No ano passado, houve 48,45 milhões de matrículas nessa categoria de ensino, que engloba educação infantil, ensino fundamental e médio, educação profissional, educação de jovens e adultos e escolas especializadas. Desse total de matrículas, 39,46 milhões (81%) frequentaram a rede pública.

De cada 100 estudantes que entram na escola, 90 concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos – 60,7% com aprendizagem adequada em português; 48,9%, em matemática –, 76 terminam o Ensino Fundamental

2 aos 16 anos – 39,5% com aprendizagem adequada em português; 21,5%, em matemática – e 64 concluem o Ensino Médio até 19 anos – 29,1% com aprendizagem adequada em português; 9,1%, em matemática.

Talvez uma das principais conquistas da educação no País seja a universalização do ensino fundamental, também no campo. Dos 5,5 milhões de crianças de 6 a 14 anos que moravam em zona rural em 2018, 99,3% estavam na escola. O desafio dessa etapa é o término do curso na idade esperada. Quase um quarto dos alunos termina essa etapa com mais de 16 anos, o que tem efeitos sobre o ensino médio. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 91,5% estão na escola, mas apenas 68,7% estão no ensino médio.

Há também algumas evidentes deficiências de infraestrutura. Por exemplo, apenas 45,7% dos estabelecimentos de ensino contam com biblioteca ou sala de leitura. Um dado especialmente ruim do ano passado foi a diminuição, em torno de 30%, das matrículas em regime integral no ensino fundamental em relação ao ano anterior.

O que mais chama a atenção no Anuário é a baixa qualidade do aprendizado. Menos da metade dos alunos atingiu níveis de proficiência considerados adequados ao fim do terceiro ano do ensino fundamental em leitura e matemática. Em relação à escrita, um terço (33,8%) dos alunos apresentou níveis insuficientes.

O quadro é ainda mais problemático quando se analisam os níveis de renda. Por exemplo, apenas 14,1% das crianças do nível socioeconômico mais baixo apresentaram nível suficiente de alfabetização em leitura. Ou seja, no grupo onde a educação deveria ser a grande esperança de um futuro melhor, mais de 85% das crianças estão em etapas defasadas do aprendizado já no terceiro ano do ensino fundamental. No patamar socioeconômico mais alto, a proporção é inversa. No terceiro ano, 83,5% das crianças apresentaram nível suficiente de alfabetização em leitura.

Tem havido melhoras. Nos anos iniciais do ensino fundamental, observa-se um avanço do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). A melhora é mais lenta nos anos finais dessa etapa e, em relação ao ensino médio, verifica-se uma estagnação.

“Ignorar os desafios reais da educação básica – adverte o Todos pela Educação – é também fechar os olhos à grave realidade socioeconômica, de falta de competitividade tecnológica, científica e produtiva que vivenciamos. (...) Trata-se, principalmente, de reconhecer a urgência dos problemas, buscar aprender com as iniciativas de sucesso, entender os grandes números e contextualizá-los na realidade de cada localidade.” Com urgência, a educação precisa de um projeto estratégico. A crise de aprendizagem é a negação de um horizonte mais justo e mais humano para as novas gerações.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ELIANE CANTANHÊDE

O réquiem dos índios

Jair Bolsonaro critica o interesse da Europa na Amazônia, mas quer abrir mineração aos EUA. Se o Congresso deixar.

O mesmo presidente Jair Bolsonaro que definiu o Brasil como “uma virgem que todo tarado quer” é o que, agora, confirma publicamente sua disposição de fazer parcerias nos Estados Unidos para explorar minério em terras indígenas da Amazônia, particularmente a ianomâmi e a Raposa Serra do Sol. O governo vai entregar a virgem para os tarados? Ou os tarados são só os países europeus?

O discurso de Bolsonaro é um para a Europa, outro muito diferente para os EUA. Ao falar sobre meio ambiente, desmatamento da Amazônia, reservas ecológicas, terras indígenas e quilombolas, ele inevitavelmente mistura um tom agressivo com pitadas de sarcasmo: o diretor do Inpe é mancomunado com ONGs estrangeiras e os europeus só defendem a preservação da Amazônia para depois explorá-la. “Na cabeça dos europeus, a Amazônia não é do Brasil.”

É curioso que, nos tempos dos militares no poder, o temor do olho gordo sobre a maior

floresta tropical e a maior biodiversidade do mundo não era por causa dos europeus, ou, pelo menos, não era principalmente por causa deles, mas, sim, dos irmãos do Norte, dos americanos. Na “nova era” de Bolsonaro, o tarado mudou.

E os índios? Doido para criar “uma Cancún” em paraísos ecológicos e crítico da “psicose ambiental” que assola Alemanha, França, Noruega, Suécia..., o presidente acha que “índios em reservas são iguais a animais em zoológico” e o que eles querem mesmo é “internet, médico, dentista, banho com sabonete...” Bolsonaro, aliás, disse ontem que não há “indícios fortes” de que um cacique wajãpi tenha sido assassinado por invasores no Amapá. Uma declaração que só piora as coisas.

O primeiro anúncio da disposição do governo brasileiro de abrir a mineração em reservas indígenas foi feito pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, numa palestra no Canadá. Na época, houve surpresa. Agora, é o presidente quem dá a coisa com certa. Isto é: se o Congresso deixar.

A Constituição é clara ao defender os “direitos originários” dos índios sobre suas terras. Para abrir a exploração mineral, agrícola ou de qualquer natureza em reservas ianomâmi, Raposa Serra do Sol e tantas outras, é, ou será, preciso emenda constitucional, com quórum qualificado e votação em dois turnos na Câmara e no Senado. E há questões externas.

Ontem, em Brasília, o chanceler Ernesto Araújo acertou com o ministro de Negócios Estrangeiros da França, Jean-Yves Le Drian, a criação de um grupo de trabalho para trocar informações sobre... meio ambiente. Diplomáticamente, como convinha, Le Drian falou da importância, “além do cumprimento do Acordo de Paris, também do respeito a normas ambientais e sanitárias”. E Araújo prometeu um fluxo de informações “precisas e científicas”. Com Bolsonaro jogando descrédito sobre o Inpe, o Ibama e o ICMBio, fica difícil, ministro.

Detalhe: ao falar sobre parcerias com americanos para explorar minérios em reservas indígenas, o presidente voltou a defender a nomeação do deputado Eduardo Bolsonaro, o “03”, como embaixador em Washington: “Por isso minha aproximação com os EUA, por isso quero uma pessoa da minha confiança para a embaixada”. Entenderam?

OAB. É inacreditável o ataque ao presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, desrespeitando a dor de um filho e a memória de um pai, Fernando Santa Cruz, que, preso pela ditadura militar, integra a lista macabra de “desaparecidos”. Governadores, parlamentares, acadêmicos e pessoas comuns reagiram com espanto e repulsa ao jogo sujo político. Mas Felipe reagiu como ser humano, acusando Bolsonaro de “traços de caráter graves: crueldade e falta de empatia”.

Bolsonaro critica o interesse da Europa na Amazônia, mas abre mineração em reservas aos EUA

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Quando a criatividade é o produto

Cursos de pós-graduação ligados à economia criativa se concentram no aspecto de negócios

Apesar da experiência de dez anos como sócio em um estúdio de economia criativa, existia uma parte nebulosa do negócio para Paulo Renato de Almeida: dar preço ao seu produto. A tarefa era delegada ao Departamento Financeiro, que definia quanto iria custar cada objeto, entre itens de iluminação e mobiliário. Para sentir-se mais capaz de lidar com os valores do seu trabalho, o empresário fez uma pós-graduação em Economia Criativa.

Depois de dois semestres de aula na Belas Artes, o que era enigmático se tornou lógico. “Por meio de uma disciplina de gestão de custos, pude entender os elementos que influenciam a precificação”, diz Almeida. O aprendizado também o deixou mais seguro para definir estratégias. “Eu me sinto mais competitivo. Consigo entender até que ponto ir com descontos no varejo.”

Assim como ele, muitos profissionais da economia criativa buscam cursos de pós para melhorar negociação e posicionamento no mercado. Por meio de disciplinas que tratam do detalhamento da precificação até legislação, criativos compreendem melhor a comercialização das criações.

E tal caminho leva a um destino bem atraente. Conforme dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), em 2017 o segmento movimentou R\$ 171,5 bilhões no País. Em São Paulo, estima-se que a economia criativa represente 4% do PIB do Estado: 100 mil empresas e instituições empregam de forma direta 330 mil pessoas.

Saber negociar. Se profissionais como Almeida precisavam de ajuda para entender os preços de seus produtos, outros não conseguem fazer suas ideias chegarem ao público, por mais bem desenvolvidos que sejam os projetos. Foi o que motivou a criação da pós-graduação da Belas Artes em Gestão em Economia Criativa. “Os profissionais faziam trabalhos maravilhosos, que só iam para a biblioteca. Em 2015, criei o curso pra fazer com que esses criativos soubessem se posicionar, botar seu produto no mercado, com disciplinas voltadas a exercer o lado de negócio”, diz a coordenadora, Marcia Auriani.

Uma lacuna que o curso se propõe a preencher é a consciência de que a ideia tem valor tangível – e deve ser defendida. “Pegue o caso da música. Os compositores têm uma dificuldade incrível para se posicionar, ver o mercado e perceber que são profissionais e, dessa forma, falar quanto vale o trabalho. Tem profissional que tem vergonha de falar o orçamento. Tem de ter orgulho, ter noção de propriedade intelectual.” Também é fundamental formalizar as negociações. “É comum o criativo definir o trabalho no bate-papo, sem contrato. Não existe isso na gestão de negócios. Tem de ter assinatura para ser valori-

zado no mercado. Na base da confiança não se fecham projetos de milhões”, diz Marcia.

Saber criar. As pós-graduações em Economia Criativa também investem no aprimoramento da capacidade inventiva. Uma faceta que atrai profissionais já tradicionalmente associados à área, mas que também tem sido chamariz para outro público. Em uma turma da Belas Artes, havia uma aluna enfermeira, que iria liderar um projeto para implantar uma linguagem mais leve no hospital onde trabalha.

Para estimular a criatividade, os cursos apostam na integração de disciplinas. “Os pilares da economia criativa (consumo, cultura, mídias e tecnologia) são trabalhados de forma transdisciplinar. Em cada módulo específico, além de cases e vivências, os alunos podem desenvolver atividades que transitem em pelo menos dois desses pilares concomitantemente”, afirma Eliane El Badouy, coordenadora da pós da Inova Business School.

O objetivo é que os alunos busquem resultados que transcendam os ganhos. “A economia criativa se assenta sobre aspectos intangíveis, e esse talento criativo deve ser nutrido e estimulado não só para a própria satisfação, mas para benefício da sociedade e da economia como um todo.” Com esse compromisso em mente, Carlos Henrique Albrecht Junior, egresso do curso, criou com outros profissionais o Movimento IDEIA – Indaiatuba, Desenvolvimento, Empreendedorismo, Inovação e Ação. O propósito é ser um agente de transformação de negócios e pessoas usando a inovação para alavancar a cidade, a 100 quilômetros de São Paulo.

“Tudo começou nas aulas sobre Ecossistema de Economia Criativa, que me ajudaram a entender quais são os principais atores e que índices devemos usar para promover ações de sucesso. Atuamos para fomentar na região uma cultura de ideias e empreendedorismo. Queremos torná-la um Vale do Silício brasileiro.”

Saber inovar. Na lista de conceitos-chave que definem a economia criativa, o mais usado é a inovação. Essencial para o profissional se destacar em um universo cuja concorrência cresce ininterruptamente, ela está presente em praticamente todo curso. “É importante destacar que inovar não é, necessariamente, fazer algo inédito, extravagante e complexo, mas, sim, fazer diferente. Isso também é agregar significado, tornar significativo”, explica Felipe Zaremba, coordenador do MBA Executivo em Economia Criativa, Cultural e Inovação da Unicesumar.

O curso, oferecido a distância, se propõe a estimular novas ideias por meio de disciplinas como Design Thinking e Estratégias de Inovação, Disrupção e Recapacitação. Também ajuda os alunos a explorarem tendências. “Em Alimentação, vemos produtos customizados, produção cervejeira artesanal ou cultura do vinho. Em Finanças, fintech e negócios digitais. Em Economia colaborativa, estudamos makerspace e empresas que potencializam o compartilhamento e a troca de serviços e produtos.”

Os profissionais do setor de tecnologia na economia criativa não são apenas estimulados a inovar, mas pressionados a apresentar soluções para um mercado insaciável por lançamentos. Na pós-graduação em Desenvolvimento de Jogos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), os alunos trabalham conceitos como game design, level design e inteligência artificial. “Temos visto nossos alunos sendo absorvidos por empresas de celulares e estúdios no Brasil e no exterior. Alguns também decidem empreender e criam suas startups”, diz o coordenador da pós da UEA, Jucimar Maia da Silva Junior.

ENTENDA O SETOR E SUAS ÁREAS PROFISSIONAIS

Definição

A economia criativa pode ser definida como o campo no qual as ideias são a principal matéria-prima. De acordo com o livro *The Creative Economy* – uma das principais referências na área, elaborado pelo pesquisador inglês John Howkins –, a economia criativa pode ser definida como "processos que envolvam criação, produção e distribuição de produtos e serviços, usando o conhecimento, a criatividade e o capital intelectual como principais recursos produtivos".

Conceito amplo

Apesar de setores como entretenimento e artes serem os mais frequentemente associados à economia criativa, o conceito é bem mais amplo. No Brasil, uma classificação bem utilizada pelo mercado é a elaborada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), que a cada dois anos divulga o mapeamento da indústria criativa no Brasil.

Campos de atuação

A Firjan define quatro áreas principais de atuação na economia criativa: consumo (que concentra as atividades de design, arquitetura, moda e publicidade); mídias (incluindo-se aí produções editoriais e audiovisuais); cultura (da qual fazem parte patrimônio, artes, música, artes cênicas e expressões culturais); e, por último, tecnologia (que engloba pesquisa e desenvolvimento, biotecnologia e tecnologias da informação e comunicação).

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Setor cresce, mas verba diminui

Ana Carla Fonseca Reis, coordenadora de conteúdo do curso de Economia Criativa e Cidades Criativas da FGV

Apesar de estar entre os que mais crescem, setores da economia criativa têm de lidar com restrições orçamentárias. De um lado, a iniciativa privada diminuiu patrocínios. De outro, políticas públicas mudaram. Na Lei Rouanet, o teto de captação por projeto saiu de R\$ 60 milhões para R\$ 1 milhão. "Mas, pelos dados levantados pelo Henilton Menezes, ex-secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do MinC, 70% dos projetos ficam abaixo dos R\$ 500 mil", afirma a economista Ana Carla Fonseca Reis, diretora da empresa de economia criativa Garimpo de Soluções e coordenadora de conteúdo do curso de Economia Criativa e Cidades Criativas da Fundação Getúlio Vargas. Ela é autora dos livros *Marketing Cultural e Financiamento da Cultura* e *Economia da Cultura e Desenvolvimento Sustentável*, pelo qual recebeu o Prêmio Jabuti 2007 em Economia, Administração e Negócios.

- Como você avalia o mercado para os profissionais de economia criativa com os contingenciamentos de verbas?

Os empreendimentos criativos têm diferentes perfis e objetos, de startups a empreendimentos culturais voltados a patrimônios e curadoria. Cada um tem um cardápio diversificado de fontes de recursos, mas os que mais tendem a sofrer são os que, ao longo do tempo, se tornaram dependentes de empresas cujo viés de decisão de investimento responde direta ou indiretamente às determinações do governo federal, como Petrobrás, BNDES, Banco do Brasil e Caixa.

- Quanto as mudanças na Lei Rouanet são prejudiciais para os profissionais de economia criativa da área da cultura?

A revisão da Lei Rouanet estabelece o teto de R\$ 1 milhão, mas, pelos dados levantados pelo Henilton Menezes, ex-secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do MinC, 70% dos projetos ficam abaixo dos R\$ 500 mil, então a revisão abrange projetos grandes. Como a lei abriu exceções, como patrimônio, editorial e festividades, os mais prejudicados foram projetos ligados a musicais. Os que são muito dependentes de verbas incentivadas, renúncias fiscais, editais e afins têm de diversificar as fontes e, eventualmente, até os modelos de negócio.

- Entre as áreas de consumo, mídias, cultura e tecnologia, existe alguma com mais perspectivas de crescimento?

Não temos dados para mapear tendência de crescimento e também depende do perfil do empreendimento. Mas, claramente, a tecnologia cresce muito pois é transversal a todo setor.

- As instituições de ensino estão conseguindo capacitar os profissionais da economia criativa de forma adequada?

Economia criativa é um termo que no Brasil não tem uma leitura do que de fato signifique. São raros os cursos que abrangem de cultura e tecnologia, passando por mídias e consumo. O que muitas vezes percebemos é uma ênfase menor ao empreendimento criativo como negócio, a capacidade de articulação com setores que não são imediatos, como vincular empreendimento criativo a transformação do território, a desenvolvimento, turismo, outros setores.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Cursos se adaptam a tecnologias e hábitos de consumo

Streaming e compras pela internet são exemplos dessas mudanças

Logo cedo, o smartphone é ligado e sites são acessados. Surgem anúncios de serviços e produtos sob medida são adquiridos com um simples toque. Recursos multimídia deixam exposições ainda mais interessantes. Filmes ou séries são escolhidos em dispositivos como tablets e smart TVs.

Essas novas tecnologias têm causado mudanças em carreiras da economia criativa. Fenômenos como inteligência artificial e automação, aliados à internet, fazem com que cursos de graduação se adaptem para formar profissionais que atendam às demandas desse público cada vez mais disperso, exigente e conectado.

Na Cruzeiro do Sul Virtual, o curso de Publicidade e Propaganda ganhou disciplinas como Narrativa Transmídia e Storytelling, Publicidade Digital e Interativa, Cibercultura e Redes Interativas e Publicidade em Novas Mídias e Mobile. “Desde o nascimento das grandes agências de comunicação no início do século 20, acontecem mudanças estruturais. Recentemente, as de cunho digital têm influenciado o aumento de produção criativa. Nesse cenário, nossos alunos têm nos procurado com objetivos distintos de outrora”, afirma a coordenadora, Vilma Lima.

A principal alteração é a certeza de que formar profissionais focados em áreas

específicas é algo que definitivamente ficou para trás. “A compreensão total e integrada dos diferentes modelos de negócios, processos, tecnologia e pessoas alimenta o sucesso dos negócios na era digital”, diz.

No entanto, de modo quase paradoxal, as mudanças que os cursos têm de fazer para acompanhar os novos tempos também apontam a necessidade de priorizar ainda mais o que sempre foi a essência da publicidade: o talento criativo.

“Quando estudamos sobre o avanço das tecnologias da informação e da inteligência artificial sobre o mundo do trabalho, percebemos que a criatividade simbólica é uma das qualidades mais difíceis de emular e simular com as máquinas”, diz Camila Cornutti Barbosa, coordenadora do curso de Publicidade e Propaganda do Centro Universitário da Serra Gaúcha – FSG. “Estudamos as ferramentas, mas, de modo crítico, sem perder de vista que existe um contexto humano de que fazemos parte.”

Cultura. Em outro tradicional segmento da economia criativa, a cultura, os avanços tecnológicos têm levado a mudanças em conceitos consagrados, como as diferenças entre produtor e público. As fronteiras entre quem concebe e quem consome se tornaram mais tênues com os recursos que facilitam criar músicas, produzir livros e organizar exposições virtuais de forma simples.

“A produção artística e cultural pelas ‘pessoas comuns’, ou seja, a participação popular na criação de cultura, se apresenta como uma abertura de espaço para o produtor cultural, como ampliação do mercado de trabalho”, afirma Adriana Valle Mendonça, coordenadora da graduação em Produção Cultural do Centro Universitário FMU. “O conceito de pessoas comuns não existe. São artistas que não tinham espaço de expressão e agora têm.”

Basta olhar para a lista de matriculados para perceber esse movimento, diz a coordenadora. Entre os alunos, muitos já atuam onde moram e vão para a faculdade em busca de crescer e levar esse conteúdo para fora do contexto local.

Para se alinhar aos novos tempos, a aplicação de tudo o que é produzido no curso – performances, fotografia, artes visuais, dança e literatura – considera, além das mídias tradicionais, a aplicação na internet, em canais como blogs e redes sociais. Sempre com um método ampliado pelo mundo digital: a construção colaborativa, que permite integrar o trabalho de um estudante sentado na biblioteca da instituição ao de um aluno em um escritório do outro lado do planeta.

Audiovisual. Das áreas sacudidas pelas mudanças tecnológicas, o audiovisual é a mais suscetível.

No mercado fonográfico, experiências como o streaming obrigam a criação de estratégias de divulgação, na briga por um faturamento cada vez mais disputado. Se a contabilidade dos artistas considerava as unidades de álbuns vendidas, hoje os esforços de marke

ting visam a cliques em um cardápio de milhões de músicas.

Nas produções visuais, os dispositivos eletrônicos mudaram a forma de consumo do

material produzido, fazendo com que vídeos, séries e filmes tenham de ser pensados de acordo com os novos destinos. “Os campos ou setores que ampliam o universo do cineasta são a websérie, os conteúdos para games, TVs a cabo e celular, entre outros”, diz Humberto Neiva, coordenador do curso de Cinema da Faap. Nos oito semestres, os conteúdos são aplicados de forma a levar o estudante a produzir levando em consideração as especificidades de público. “Cada linguagem e plataforma demanda um público fiel e diferenciado. A intenção é fazer com que o aluno saiba navegar em qualquer tipo de obra audiovisual.”

No fim do curso, o aluno Pasquale Galatro já sente os efeitos das novas formas de consumo de entretenimento. Atuando em uma produtora, tem trabalhos projetados para serem vistos tanto nas telas do cinema como nas que cabem no bolso. “Vários filmes nos quais estou envolvido já contam com previsão de renda não só da sala, mas do consumo sob demanda, como por streaming.”

É uma mudança que ele não teme. Pelo contrário, vê com entusiasmo. “O Brasil não tem uma indústria audiovisual consolidada como outros países. O serviço de streaming, por exemplo, traz a oportunidade de requalificar profissões, como a do roteirista. Ele é imprescindível em séries e filmes, alguns produzidos exclusivamente para as telinhas.”

3 PERGUNTAS PARA

Claudio Felisoni, presidente do conselho Programa de Administração de Varejo (Provar) da FIA

1. Como avalia a oferta de graduação em Economia Criativa? Uma abordagem que falta nas escolas e que está intrincada nos modelos que o mercado considera economia criativa é a substituição da ideia de emprego por trabalho, que tem a ver com empreender, realizar algo de acordo com suas aptidões. Ainda temos poucos cursos de Economia Criativa voltados a essa ideia de empreendedorismo, cuja vitrine são as startups.

2. Que habilidades as instituições de ensino deveriam estimular para formar empreendedores?

É preciso estimular a ousadia. Os cursos não podem formar profissionais acomodados. Eles têm de ter preparo para lidar com os momentos de crise, para superá-los e para identificar possíveis oportunidades.

3. Apesar de importante, até que ponto a tecnologia pode eliminar postos de trabalho no ramo criativo?

Não acredito que a máquina substituirá o homem. Ela o complementa. A tecnologia permite mais espaço para a qualificação, exatamente em um momento histórico que exige pessoas mais preparadas.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Prejuízo na ciência

Pesquisas de laboratório da UFRJ estão ameaçadas após roubo de equipamentos

O Laboratório de Virologia Molecular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), responsável pela descoberta de casos de mayaro na capital fluminense, foi

roubado na madrugada de domingo por bandidos que levaram cabos de gerador, cinco aparelhos compressores de ar-condicionado e ferramentas da casa de máquinas. Os equipamentos, que garantem a segurança de amostras de vírus e células usadas para pesquisas como de zika, febre amarela, chicungunha e HIV, agora estão sob risco. O prejuízo total foi calculado em R\$ 36 mil, mas os danos podem ser ainda mais custosos para a instituição.

— O problema não é nem o valor, mas as células e vírus armazenados ali — explica o professor Amilcar Tanuri, coordenador do laboratório.

— Um dos freezers chegou a -10°C, temperatura que pode prejudicaria integridade das amostras.

Imagens do circuito interno de segurança do laboratório revelaram que pelo menos dois homens ficaram por volta de quatro horas no local. Segundo Tanuri, os criminosos pareciam saber o que procurar.

Fundado há 28 anos, o laboratório fica no Centro de Ciências da Saúde da UFRJ, no campus do Fundão. Esta é a segunda vez que a instalação é invadida por criminosos. Em março, o local sofreu o mesmo tipo de roubo. Bandidos furtaram os cabos do gerador de cobre, de alto custo. Além dos prejuízos científicos causados pelos furtos, o laboratório sofre, em tempos de contingenciamento do Ministério da Educação (MEC), duro golpe financeiro ao ter que comprar novos equipamentos para seguir as pesquisas.

Tanuri explica que, como o centro de pesquisa é considerado "de segurança máxima", não pode funcionar sem gerador. O aparelho entra em funcionamento dez segundos depois que a luz acaba para garantir que a pressão dentro do ambiente continue negativa, o que certifica que nada saia dele, nenhum vírus. Segundo ele, os cabos dos aparelhos serão recomprados hoje.

OUTROS CASOS NO CAMPUS

Além disso, o gerador mantém a temperatura dos freezers que guardam amostras congeladas quando há queda de energia. Já os aparelhos de ar-condicionado levados no roubo estavam no almoxarifado, onde são guardados os reagentes utilizados para as pesquisas. Sem a climatização adequada, esses produtos podem se perder, inviabilizando os trabalhos.

— Não há a menor condição de segurança aqui. Teremos que reavaliar todas as amostras de vírus e células, que estão sob risco — afirma Tanuri.

— Isso é um caos porque se perde a confiança da amostra. A continuidade dos trabalhos está em risco.

A segurança do laboratório é feita por uma empresa terceirizada contratada pela UFRJ. Em nota, a universidade afirma que "repudia veementemente a violência contra o patrimônio público". A instituição informou que buscará a Polícia Federal.

Decano do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da UFRJ, o professor Luiz Eurico Nasciutti revelou que outra unidade do CCS, o laboratório de habilidades, também foi

alvo de criminosos neste ano. Há dois meses, foram levados aparelhos de ar-condicionado e uma televisão. No ano passado, os fios de postes recém-instalados no estacionamento foram roubados.

O decano explica que, diante de um orçamento cada vez mais apertado, alguns contratos tiveram que ser revistos, como o da empresa terceirizada que faz a segurança.

— (O roubo) É consequência da falta de recursos. Por mais que a reitoria, a prefeitura do campus e o CCS tenham se empenhado, o corte de recursos fez com que o número de vigilantes fosse reduzido. O número atual não é o suficiente para a dimensão do local.

Análise : Impacto maior é na saúde da população

ANA LUCIA AZEVEDO

O ataque foi ao precário prédio do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ, há tempos assolado por roubos e deterioração das instalações. Mas terá impacto muito mais amplo sobre a saúde da população. Laboratórios como o de Virologia Molecular da UFRJ produzem ciência que salva vidas. Por trás do nome incompreensível para muita gente está o desenvolvimento de conhecimento contra doenças letais como HIV e zika.

Liderado há cerca de 30 anos pelo geneticista Amilcar Tanuri, o laboratório realizou pesquisas pioneiras no Brasil sobre o HIV, na década de 1990. Estudos desenvolvidos lá ajudaram a compreender o perfil da Aids no Brasil, por meio da análise dos subtipos do HIV. Informações assim são essenciais para planejar o tratamento.

Quando a zika emergiu, em 2015, o laboratório trabalhou em parceria com a médica Adriana Melo, da Paraíba, e outros pesquisadores e foi o primeiro a sequenciar todo o genoma do zika extraído do líquido amniótico de gestantes que tiveram bebês com microcefalia.

O trabalho foi um marco da ciência brasileira porque demonstrou que o zika era de fato transmitido de mãe para filho.

O desdobramento da pesquisa foi essencial para que se descobrisse que a microcefalia era a ponta do iceberg da devastação causada pelo zika no corpo em formação do feto. O estudo levou à caracterização da síndrome da zika congênita, que reúne uma série de distúrbios provocados pelo vírus, de defeitos ósseos à cegueira e uma série de problemas neurológicos.

O laboratório continuava a investigar o zika, pois o vírus permanece uma ameaça letal no país.

Neste ano, um estudo desenvolvido no laboratório levou à descoberta de que o vírus mayaro, um primo até então silvestre do chicungunha, estava no estado do Rio de Janeiro. Isso foi possível graças a estudos de genética do vírus.

O laboratório analisava amostras de pacientes com arboviroses no Rio (zika, dengue, chicungunha e febre amarela) e investigava casos de febre do oeste do Nilo (doença transmitida pelo pernilongo e causadora de encefalite) em outros estados.

O roubo levou com os aparelhos de ar condicionado décadas de pesquisa, amostras preciosas, coleções de vírus imprescindíveis e benefícios para a saúde da população.

Quando a ciência perde, perdemos todos.

topo ↕

CORREIO POPULAR – SP - BRASIL

Educação e saúde puxam criação de emprego formal

Em meio ao quadro de lenta recuperação da qualidade do emprego no País, que atingiu número recorde de 24 milhões trabalhadores atuando por conta própria no trimestre encerrado em maio, alguns setores começam a esboçar reação na geração de vagas formais. A recuperação é puxada por setores de serviços como saúde e educação, onde o total de vagas com carteira assinada avançou 3,1% no primeiro trimestre do ano ante mesmo período de 2018, o equivalente a 240 mil vagas, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

"A estrutura de crescimento do Brasil está sendo liderada pelo setor de serviços já há algum tempo. E os setores de serviços mais qualificados são mais formais. Os trabalhadores são mais escolarizados, mais produtivos, ao contrário do que acontece em transporte e alimentação, por exemplo", explica Maria Andreia Lameiras, técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea.

O estudo do Ipea considera os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os demais segmentos com crescimento no emprego formal em um ano foram administração pública (aumento de 1,5% no total de trabalhadores com carteira assinada, 60,6 mil vagas a mais), indústria extrativa (avanço de 1,4%, com mais 4,6 mil vagas), serviços pessoais (alta de 1,2%, mais 12 mil vagas) e atividade financeira, imobiliária e serviços prestados a empresas (elevação de 0,9%, mais 57,5 mil vagas).

A arquiteta e analista de marketing digital Nathalia Borghi, 28 anos, acaba de ter a carteira assinada pelo portal de ensino a distância ProEnem, no Rio de Janeiro. Com 1,3 milhão de alunos, a plataforma é especializada na preparação online de estudantes do Ensino Médio para o Enem e para concursos militares, pelo ProMilitares. "Com a divisão em dois braços distintos, eles passaram a contratar também para cargos como programador e editor de vídeo. O bacana é que estão formando novas equipes, não só substituindo profissionais. Meu papel é cuidar da performance no YouTube", diz. Além dela, outros quatro funcionários foram contratados só no último mês.

Maria Andreia não descarta que o movimento de consolidações e aquisições nos setores privados de saúde e de educação superior possa ter contribuído para as contratações. Para Carlos Henrique Leite Corseuil, técnico da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Ipea, ambas as áreas mostram crescimento, o que naturalmente aumenta o número de trabalhadores atuando nesses setores, seja com carteira assinada, de forma autônoma ou via informalidade. "

O diretor de serviços compartilhados da Sociedade Beneficente de Senhoras Sório-Libanês, Edi Souza, acredita que o setor de saúde suplementar esteja passando por uma

retomada, após perder, com a recessão, quase três milhões de usuários entre 2014 e 2017. Segundo Souza, desde então aumentou o número de hospitais e de contratações. Apenas a rede hospitalar Sírio-Libanês abriu mais de 700 vagas com carteira assinada - entre médicos, enfermeiros e técnicos - de janeiro a abril de 2019.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - OPINIÃO

A difícil arte da magia na educação

Professores enfrentam muitos desafios, diariamente, e isso é de conhecimento de todos. Qualquer pessoa pode relacionar muitos deles em questão de segundos. Para exercer essa profissão, há que se ter não apenas muito conhecimento e preparação, mas também coragem e criatividade. No entanto, fazer a mágica de ensinar o que não se sabe é quase impossível para qualquer um, inclusive os docentes.

De acordo com novos estudos do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019, divulgado no final do mês passado, preparar adequadamente os professores, em especial nas áreas críticas com falta de professores, como faz a ONG Educando (cujo foco está na formação de docentes de escolas públicas em métodos práticos nas disciplinas de matemática, física, química e biologia), passa a ser uma necessidade primordial e de extrema urgência.

A razão é simples. Segundo a pesquisa, 33,5% dos educadores brasileiros dos ensinos acima mencionados não tinham, até o final de 2018, formação adequada para lecionar na área de atuação escolhida. Ao todo, 37,8% dos professores dos anos finais do ensino fundamental (entre o 6º e o 9º anos) e 29,2% dos docentes do ensino médio.

Os percentuais mostram profissionais sem qualquer licenciatura ou complementação pedagógica nas disciplinas pela qual eram responsáveis (os cinco primeiros anos do ensino fundamental não entraram na pesquisa em razão da nomenclatura diferenciada das matérias, que não são divididas como nos anos sequenciais).

O anuário é elaborado com dados do censo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) – ambos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – e outras pesquisas do nicho e publicado em parceria entre o movimento Todos pela Educação e a Editora Moderna.

Não à toa, a Unesco, braço de educação e cultura da Organização das Nações Unidas (ONU), mostra o Brasil em 88º lugar entre 127 países no desempenho da educação, segundo o documento The education for all (EFA)/ Global Monitoring Report (GMR). No país da evasão escolar (o mais recente censo escolar elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Inep aponta para mais de dois milhões de crianças e adolescentes fora das salas de aula), o "efeito dominó" do declínio da educação brasileira parte da falta de investimentos em infraestrutura, merenda e materiais. Mas continua em curso com falhas clamorosas no que tange aos professores: falta de incrementos salariais, planos de carreira e, como já citado, formação adequada.

Sobre salários e planos de carreira, o anuário mostra que, em 2018, docentes da educação básica tinham rendimentos 30% menores em relação ao salário médio dos

profissionais de curso superior. Ao comparar apenas com profissionais das áreas de exatas ou saúde, a queda é de 50%.

Sobre a formação, vislumbramos saídas? Além do árduo trabalho de instituições independentes do terceiro setor (como a ONG Educando), cujo intuito é auxiliar ao máximo em certas lacunas abertas na educação brasileira, a garantia da formação docente na educação básica é uma das 20 metas previstas pelo Plano Nacional da Educação(PNE), em vigência desde junho de 2014.

O texto, entre outros pontos, assegura aos professores da educação básica formação de nível superior na específica área de atuação. E a base nacional docente foi além: apresentou ao Ministério da Educação (MEC), em dezembro do ano passado, proposta de uma avaliação anual para habilitação de educadores.

Falta-nos, apenas, portanto, direcionamento correto das políticas de investimentos na educação básica e, ainda, fazer uma "mágica" – em uso convergente da mesma verba – para transformar documentos oficiais das instâncias governamentais em objetos animados, que funcionem na prática. Em união, como um comboio, auxiliando professores, alunos e a educação em geral a caminhar para frente com segurança e assertividade.

Capacitar e valorizar professores ao fornecer-lhes suportes pedagógico, psicológico e planos de carreira justos é garantir um futuro com mais educação e estímulo ao constante aprendizado.

topo ↕

O ESTADO - MS - GERAL

40 mil pessoas passaram pela SBPC na UFMS

Durante sete dias, a 71ª Reunião Anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) apresentou 180 conferências, mesas-redondas, encontros e palestras, houve mais de 40 atrações culturais, e cerca de 600 pôsteres, levando à cidade acadêmica da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) um público que ultrapassa as 40 mil pessoas.

O número de participantes entrou para a história das reuniões. O sucesso do evento marcou a comemoração dos 40 anos da maior universidade do Estado, segundo o reitor, Marcelo Turine. O legado deixado foi o despertar pela ciência e tecnologia. “Nós demoramos 71 anos para trazer a reunião até nosso Estado, e isso gera impacto em crianças e jovens que visitaram o campus pela primeira vez, e puderam ter contato com a ciência, e isso pode despertar talentos. Além disso, traz o reconhecimento para nossa região, já que muitos visitantes não conheciam o Estado e puderam ter contato com a nossa história e com a nossa cultura”, aponta.

Para manter viva a ligação, o reitor aponta uma continuidade do evento nos mesmos moldes. “Nós estamos desenvolvendo, junto com os nossos parceiros, uma feira científica para 2020; é importante manter os jovens na universidade e fomentar o interesse na ciência”, destaca Turine. A SBPC já se prepara para a próxima reunião, que será realizada em Natal-RN: a UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) recebe pela 3ª vez o encontro anual e tem data confirmada de 11 a 18 de julho de 2020.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

MEC lança plano de transformação digital

Com a medida, 99 serviços públicos da pasta serão disponibilizados em ambiente digital

O Ministério da Educação (MEC) anunciou, nesta segunda-feira (29/07), que 99 serviços serão disponibilizados em ambiente digital até 2020. Segundo o MEC, a medida vai gerar uma economia de R\$ 32,5 milhões por ano, além de trazer “facilidade e simplificação para o acesso, solicitação e acompanhamento de serviços ao cidadão”. Com a transformação, o usuário também terá login e senha únicos para acessar e avaliar todos os serviços prestados pelo Governo Federal. No entanto, alguns serviços ainda terão etapas presenciais obrigatórias.

Apesar de a economia de R\$ 32,5 milhões citada pelo ministro, apenas R\$ 6,5 milhões serão economizados pela Administração Pública Federal (APF), enquanto R\$ 25,9 milhões dizem respeito aos gastos da população com os serviços. “A maior economia que ocorre é para o cidadão, em relação ao tempo de espera, deslocamento e custos para obtenção dos serviços públicos. Levamos em consideração quantas vezes o cidadão tem que se deslocar para ter acesso a vários serviços, até nos gastos com transportes”, ressaltou o Diretor de Tecnologia da Informação do MEC, Daniel Miranda Rogério.

A transformação dos serviços públicos prevê a migração dos portais de cada ministério para o portal único com senha e login únicos, que poderá ser acessado em <http://gov.br/>. Na plataforma, o cidadão já pode criar o login único, mas ainda não tem acesso a todos os serviços prestados do governo. Além disso, será criado um espaço dentro da App Store e da Play Store exclusivo para aplicativos oficiais. A previsão é de que, até o fim de 2020, todos serviços federais possam ser acessados com o login único.

Segundo a pasta de educação, o objetivo do Plano de Transformação Digital, realizado em parceria com o Ministério da Economia e da Secretaria Especial de Modernização, é de “prestar um melhor atendimento ao cidadão, reduzir a burocracia, simplificar o acesso, diminuir o tempo de espera e os custos para a obtenção dos serviços públicos”. “O programa de transformação digital envolve a unificação de todos os serviços do MEC em uma única plataforma, visando simplificar a vida do usuário e reduzir os custos. Pretendemos economizar uns R\$ 32,5 milhões de reais por ano com essa medida”, afirmou o ministro, Abraham Weintraub.

Dos serviços que passarão pela transformação digital, 48 são da educação superior, 47 da educação básica e quatro da educação profissional e tecnológica. A medida também incluirá serviços disponíveis na **Capex**, EBSERH, FNDE e Inep. “Haverá, ainda, a integração da base de dados, a utilização de ciência e compartilhamento de dados, o que proporcionará o aumento da eficiência das políticas públicas que serão baseadas em evidências e assim tornarão as decisões mais objetivas e transparentes”, informou a pasta.

topo ↕

PORTAL BRASIL - NOTÍCIAS

100% dos serviços do MEC serão digitais

Até o final de 2020, cidadão poderá fazer tudo online

Até dezembro de 2020, todos os serviços do Ministério da Educação (MEC) estarão disponíveis em ambiente digital, no portal único do governo federal, o gov.br. O objetivo é prestar um atendimento mais ágil ao cidadão. O Plano de Transformação Digital foi anunciado nesta segunda-feira (29) e vai trazer uma economia de R\$ 32,5

milhões para o governo e o cidadão.

O programa vai unificar todos os serviços do Ministério em uma mesma plataforma e “simplificar a vida do usuário, do pagador de imposto que está na ponta recebendo serviços, reduzindo custos”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Com um único login e senha, o usuário vai poder acessar, solicitar e acompanhar 99 serviços do Ministério da Educação. Desses, 48 são da educação superior, 47 da educação básica e 4 da educação profissional e tecnologia.

Entre os serviços que estarão completamente digitalizados, está a oferta de bolsas de pesquisa para mestrandos e doutorandos e de bolsas permanência, auxílio para estudantes de ensino superior de baixa renda.

Já a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) terá aplicação digital a partir do ano que vem. As primeiras aplicações piloto no modelo digital serão opcionais. Os candidatos vão poder escolher pela forma digital ou pela tradicional prova em papel. A ideia é que o exame esteja totalmente digitalizado em 2026.

O Plano de Transformação Digital do Ministério da Educação foi feito em parceria com o Ministério da Economia e a Secretaria-Geral da Presidência da República. De acordo com o MEC, a política segue a tendência de todo o governo federal de otimizar os canais para o cidadão. “Vamos simplificar o acesso aos serviços públicos, reduzir custos e tempo de espera, a exemplo de outros serviços que tem sido transformados no governo federal”, afirmou o diretor de Tecnologia de Informação do Ministério da Educação, Daniel Miranda Rogério.

Também serão digitalizados serviços de entidades ligadas ao MEC, como **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Instituto Nacional de Ensinos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Plataforma deverá unificar acesso a inscrição de Enem, Sisu e Fies

MEC anunciou nesta segunda plano de migração de serviços da pasta para portal único, do governo federal

O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta segunda-feira, 29, um plano para migrar para uma só plataforma, do governo federal, o acesso a serviços da pasta como inscrições no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Segundo o MEC, o plano faz parte de uma estratégia de todo o governo.

"O governo federal já tem um portal único e o MEC fará parte desse portal", explicou nesta segunda-feira, 29, Antonio Vogel, secretário-executivo MEC. A previsão é de que a migração ocorra entre este ano e o fim do ano que vem. "Estamos em um plano do governo federal, que é ter um único portal. O MEC está se integrando nesse trabalho", disse Vogel.

Segundo o MEC, a ideia é que serviços como os do Denatran, Previdência e do MEC

sejam todos acessados em uma mesma plataforma e com um só login. O acesso deverá ser feito pela plataforma gov.br.

Questionado em coletiva de imprensa em Brasília sobre o sigilo de dados de candidatos, por exemplo, Vogel disse que não haverá mudança. "O tratamento ao sigilo é o mesmo. A única questão é a maneira de acesso. O cidadão hoje tem um login para serviços do INSS, Detran, MEC. Ele vai passar a ter login único. Com um único login vai acessar tudo."

Segundo Alexandre Lopes, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela realização do Enem, o processamento das inscrições dos candidatos continuará sendo feito nos servidores do Inep.

"A diferença é a entrada. Hoje, temos login e senha para o candidato se inscrever nos exames do Inep. Esse login e senha vão passar a ser únicos para todo governo federal, mas o processamento das inscrições será feito nos servidores do Inep", disse Lopes.

Segundo Lopes, nas inscrições para o Enem do ano que vem já será implementado o login único. "Em 2020, ele (candidato) poderá usar a senha do Enem para acessar o Sisu e fazer a inscrição." Segundo o MEC, 99 serviços serão disponibilizados em ambiente digital até 2020 - a pasta não detalhou quais.

Enem digital

Segundo o MEC, as mudanças anunciadas nesta segunda-feira não se relacionam com a proposta de Enem digital. Em 3 de julho, a pasta informou que o exame passará a ser aplicado de forma digital a partir do próximo ano. O projeto prevê que 50 mil candidatos, em 15 capitais brasileiras, façam o modelo digital em 2020. A expectativa é de que o número seja ampliado progressivamente até 2026, quando a prova impressa será extinta.

topo 

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Educação e saúde puxam criação de emprego formal

Serviços mais qualificados costumam oferecer vagas com carteira; fusões e aquisições também podem ter impulsionado contratações; de 13 áreas, 8 fecharam postos em um ano

RIO - Em meio ao quadro de lenta recuperação da qualidade do emprego no País, que atingiu número recorde de 24 milhões trabalhadores atuando por conta própria no trimestre encerrado em maio, alguns setores começam a esboçar reação na geração de vagas formais.

A recuperação é puxada por setores de serviços como saúde e educação, onde o total de vagas com carteira assinada avançou 3,1% no primeiro trimestre do ano ante mesmo período de 2018, o equivalente a 240 mil vagas, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

"A estrutura de crescimento do Brasil está sendo liderada pelo setor de serviços já há algum tempo. E os setores de serviços mais qualificados são mais formais. Os trabalhadores são mais escolarizados, mais produtivos, ao contrário do que acontece em transporte e alimentação, por exemplo", explica Maria Andreia Lameiras, técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea.

O estudo do Ipea considera os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os demais segmentos com crescimento no emprego formal em um ano foram administração pública (aumento de 1,5% no total de trabalhadores com carteira assinada, 60,6 mil vagas a mais), indústria extrativa (avanço de 1,4%, com mais 4,6 mil vagas), serviços pessoais (alta de 1,2%, mais 12 mil vagas) e atividade financeira, imobiliária e serviços prestados a empresas (elevação de 0,9%, mais 57,5 mil vagas).

A arquiteta e analista de marketing digital Nathalia Borghi, 28 anos, acaba de ter a carteira assinada pelo portal de ensino a distância ProEnem, no Rio de Janeiro. Com 1,3 milhão de alunos, a plataforma é especializada na preparação online de estudantes do Ensino Médio para o Enem e para concursos militares, pelo ProMilitares. “Com a divisão em dois braços distintos, eles passaram a contratar também para cargos como programador e editor de vídeo. O bacana é que estão formando novas equipes, não só substituindo profissionais. Meu papel é cuidar da performance no YouTube”, diz. Além dela, outros quatro funcionários foram contratados só no último mês.

Maria Andreia não descarta que o movimento de consolidações e aquisições nos setores privados de saúde e de educação superior possa ter contribuído para as contratações. Para Carlos Henrique Leite Corseuil, técnico da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Ipea, ambas as áreas mostram crescimento, o que naturalmente aumenta o número de trabalhadores atuando nesses setores, seja com carteira assinada, de forma autônoma ou via informalidade.

O diretor de serviços compartilhados da Sociedade Beneficente de Senhoras Sírio-Libanês, Edi Souza, acredita que o setor de saúde suplementar esteja passando por uma retomada, após perder, com a recessão, quase três milhões de usuários entre 2014 e 2017. Segundo Souza, desde então aumentou o número de hospitais e de contratações. Apenas a rede hospitalar Sírio-Libanês abriu mais de 700 vagas com carteira assinada – entre médicos, enfermeiros e técnicos – de janeiro a abril de 2019.

Postos fechados

A recuperação do emprego formal, no entanto, ainda não se estende a todos os setores da economia. Entre as 13 atividades econômicas monitoradas pelo Ipea, 8 registraram fechamento de postos de trabalho com carteira assinada no período de um ano, entre elas a indústria de transformação (-38,4 mil vagas no 1.º trimestre de 2019 ante o 1.º trimestre de 2018) e a construção civil (-10,8 mil).

“A geração de empregos está reproduzindo a estrutura do PIB (Produto Interno Bruto). Tem uma indústria que cada vez contrata menos, cada vez encolhe mais. A geração de vagas acompanha a dinâmica da economia”, disse Maria Andreia.

Dos 10,4 milhões de empregados da indústria de transformação no 1.º trimestre, 63% tinham carteira assinada. Nos serviços, a proporção era de apenas 40%. No comércio, a carteira assinada alcançava 46,2% dos empregados, lembrou o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

“A indústria é a atividade com maior taxa de formalização de empregados. Na virada de 2017 para 2018, o setor liderava a geração de vagas formais. Isso se perdeu, porque o ritmo de produção foi reduzindo, então foi se perdendo o ritmo de recomposição do emprego”, justificou Rafael Cagnin, economista-chefe do Iedi. Ele lembra que o emprego formal é fundamental para o crescimento econômico, porque os trabalhadores garantem renda mais elevada e estável, o que permite acesso ao mercado de crédito formal e potencializa o poder de compra. “É uma variável importante para potencializar o crescimento do PIB.”

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

MEC divulga plano de transformação digital para 99 serviços até o fim de 2020 A ideia da pasta é integrar tudo à plataforma do governo federal, que deve ser lançada nesta semana

BRASÍLIA — O Ministério da Educação anunciou nesta segunda-feira um plano de transformação digital que vai integrar quase 100 serviços ofertados pela pasta em uma única plataforma do governo federal. O usuário poderá acessar os programas com um login e senha únicos, além de poder avaliar a prestação dos serviços. Segundo a pasta, a integração será concluída até o fim de 2020, mas alguns serviços estarão disponíveis no portal "gov.br" até o fim deste ano. A expectativa é de que o site seja lançado nesta semana.

— O plano de voo para 2019 e 2020 de transformação digital do MEC se enquadra no projeto do governo federal de digitalização. Trazer para uma plataforma única do governo federal todos os serviços que o MEC oferece à sociedade. O cidadão não vai mais precisar de uma senha para acessar o INSS, outra para o Denatran e outra para o MEC. Será uma senha única —, afirmou Antonio Paulo Vogel, secretário executivo da pasta.

De acordo com o MEC, os objetivos são reduzir a burocracia e os custos para o cidadão, ao simplificar o acesso aos serviços públicos. O plano prevê economia de R\$ 6,5 milhões para o órgão e cerca de R\$ 26 milhões em redução de gastos para o cidadão a cada ano, a partir de 2021.

Durante dois meses, o MEC, em parceria com o Ministério da Economia e a Secretaria Especial da Modernização, mapearam os serviços ofertados ao cidadão. Entre os 99 levantados, 49 que já são 100% digitais e vão passar por uma padronização, o que significa que vão ter login e senha únicos e possibilitar a avaliação dos serviços pelo usuário. Outros 16, em que algumas etapas ainda são feitas presencialmente, vão ser completamente digitais. Além disso, 34 serviços que eram integralmente presenciais serão digitalizados.

Após a integração, todos os serviços vão exigir login e senha únicos, além de permitir que o usuário avalie cada um deles. Entretanto, de acordo com Daniel Miranda, diretor de tecnologia da informação do MEC, alguns serviços continuarão a ter etapas presenciais.

— Algumas etapas dos serviços ainda são obrigatoriamente presenciais, porque alguns têm obrigação legal de presencialidade. O que vamos fazer é transformar todas as etapas possíveis — disse.

Além do portal único de serviços, os aplicativos de cada ministério, que hoje são disponibilizados de maneira independente, serão reunidos em um espaço do governo federal nas principais lojas de aplicativo.

O MEC não soube informar qual o cronograma de modernização de cada serviço, mas promete que até o fim do último trimestre do ano, alguns programas já façam parte da plataforma. Um deles é sistema responsável pelo Programa de Bolsa Permanência (SISBP), que concede auxílio financeiro de R\$ 900 a estudantes indígenas e quilombolas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O secretário executivo do MEC afirmou que em 2020, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) vai exigir o login único. Será possível que, com as mesmas informações, o usuário possa acessar o Sisu, o Prouni e outros serviços, por exemplo.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Plataforma deverá unificar acesso a inscrição de Enem, Sisu e Fies MEC anunciou nesta segunda plano de migração de serviços da pasta para portal único, do governo federal

O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta segunda-feira, 29, um plano para migrar para uma só plataforma, do governo federal, o acesso a serviços da pasta como inscrições no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Segundo o MEC, o plano faz parte de uma estratégia de todo o governo.

“O governo federal já tem um portal único e o MEC fará parte desse portal”, explicou nesta segunda-feira, 29, Antonio Vogel, secretário-executivo MEC. A previsão é de que a migração ocorra entre este ano e o fim do ano que vem. “Estamos em um plano do governo federal, que é ter um único portal. O MEC está se integrando nesse trabalho”, disse Vogel.

Segundo o MEC, a ideia é que serviços como os do Denatran, Previdência e do MEC sejam todos acessados em uma mesma plataforma e com um só login. O acesso deverá ser feito pela plataforma gov.br.

Questionado em coletiva de imprensa em Brasília sobre o sigilo de dados de candidatas, por exemplo, Vogel disse que não haverá mudança. “O tratamento ao sigilo é o mesmo. A única questão é a maneira de acesso. O cidadão hoje tem um login para serviços do INSS, Detran, MEC. Ele vai passar a ter login único. Com um único login vai acessar tudo.”

Segundo Alexandre Lopes, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela realização do Enem, o processamento das inscrições dos candidatos continuará sendo feito nos servidores do Inep.

“A diferença é a entrada. Hoje, temos login e senha para o candidato se inscrever nos exames do Inep. Esse login e senha vão passar a ser únicos para todo governo federal, mas o processamento das inscrições será feito nos servidores do Inep”, disse Lopes.

Segundo Lopes, nas inscrições para o Enem do ano que vem já será implementado o

login único. “Em 2020, ele (candidato) poderá usar a senha do Enem para acessar o Sisu e fazer a inscrição.” Segundo o MEC, 99 serviços serão disponibilizados em ambiente digital até 2020 – a pasta não detalhou quais.

Enem digital

Segundo o MEC, as mudanças anunciadas nesta segunda-feira não se relacionam com a proposta de Enem digital. Em 3 de julho, a pasta informou que o exame passará a ser aplicado de forma digital a partir do próximo ano. O projeto prevê que 50 mil candidatos, em 15 capitais brasileiras, façam o modelo digital em 2020. A expectativa é de que o número seja ampliado progressivamente até 2026, quando a prova impressa será extinta.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Educação e saúde puxam criação de emprego formal

Serviços mais qualificados costumam oferecer vagas com carteira; fusões e aquisições também podem ter impulsionado contratações; de 13 áreas, 8 fecharam postos em um ano

RIO - Em meio ao quadro de lenta recuperação da qualidade do emprego no País, que atingiu número recorde de 24 milhões trabalhadores atuando por conta própria no trimestre encerrado em maio, alguns setores começam a esboçar reação na geração de vagas formais.

A recuperação é puxada por setores de serviços como saúde e educação, onde o total de vagas com carteira assinada avançou 3,1% no primeiro trimestre do ano ante mesmo período de 2018, o equivalente a 240 mil vagas, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

"A estrutura de crescimento do Brasil está sendo liderada pelo setor de serviços já há algum tempo. E os setores de serviços mais qualificados são mais formais. Os trabalhadores são mais escolarizados, mais produtivos, ao contrário do que acontece em transporte e alimentação, por exemplo", explica Maria Andreia Lameiras, técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea.

O estudo do Ipea considera os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os demais segmentos com crescimento no emprego formal em um ano foram administração pública (aumento de 1,5% no total de trabalhadores com carteira assinada, 60,6 mil vagas a mais), indústria extrativa (avanço de 1,4%, com mais 4,6 mil vagas), serviços pessoais (alta de 1,2%, mais 12 mil vagas) e atividade financeira, imobiliária e serviços prestados a empresas (elevação de 0,9%, mais 57,5 mil vagas).

A arquiteta e analista de marketing digital Nathalia Borghi, 28 anos, acaba de ter a carteira assinada pelo portal de ensino a distância ProEnem, no Rio de Janeiro. Com 1,3 milhão de alunos, a plataforma é especializada na preparação online de estudantes do Ensino Médio para o Enem e para concursos militares, pelo ProMilitares. "Com a divisão em dois braços distintos, eles passaram a contratar também para cargos como programador e editor de vídeo. O bacana é que estão formando novas equipes, não só substituindo profissionais. Meu papel é cuidar da performance no YouTube", diz. Além dela, outros quatro funcionários foram contratados só no último mês.

Maria Andreia não descarta que o movimento de consolidações e aquisições nos setores privados de saúde e de educação superior possa ter contribuído para as contratações. Para Carlos Henrique Leite Corseuil, técnico da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Ipea, ambas as áreas mostram crescimento, o que naturalmente aumenta o número de trabalhadores atuando nesses setores, seja com carteira assinada, de forma autônoma ou via informalidade.

O diretor de serviços compartilhados da Sociedade Beneficente de Senhoras Sírio-Libanês, Edi Souza, acredita que o setor de saúde suplementar esteja passando por uma retomada, após perder, com a recessão, quase três milhões de usuários entre 2014 e 2017. Segundo Souza, desde então aumentou o número de hospitais e de contratações. Apenas a rede hospitalar Sírio-Libanês abriu mais de 700 vagas com carteira assinada - entre médicos, enfermeiros e técnicos - de janeiro a abril de 2019.

Postos fechados

A recuperação do emprego formal, no entanto, ainda não se estende a todos os setores da economia. Entre as 13 atividades econômicas monitoradas pelo Ipea, 8 registraram fechamento de postos de trabalho com carteira assinada no período de um ano, entre elas a indústria de transformação (-38,4 mil vagas no 1.º trimestre de 2019 ante o 1.º trimestre de 2018) e a construção civil (-10,8 mil).

"A geração de empregos está reproduzindo a estrutura do PIB (Produto Interno Bruto). Tem uma indústria que cada vez contrata menos, cada vez encolhe mais. A geração de vagas acompanha a dinâmica da economia", disse Maria Andreia.

Dos 10,4 milhões de empregados da indústria de transformação no 1.º trimestre, 63% tinham carteira assinada. Nos serviços, a proporção era de apenas 40%. No comércio, a carteira assinada alcançava 46,2% dos empregados, lembrou o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

"A indústria é a atividade com maior taxa de formalização de empregados. Na virada de 2017 para 2018, o setor liderava a geração de vagas formais. Isso se perdeu, porque o ritmo de produção foi reduzindo, então foi se perdendo o ritmo de recomposição do emprego", justificou Rafael Cagnin, economista-chefe do Iedi. Ele lembra que o emprego formal é fundamental para o crescimento econômico, porque os trabalhadores garantem renda mais elevada e estável, o que permite acesso ao mercado de crédito formal e potencializa o poder de compra. "É uma variável importante para potencializar o crescimento do PIB."

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Plataforma deverá unificar acesso a inscrição de Enem, Sisu e Fies

O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta segunda-feira, 29, um plano para migrar para uma só plataforma, do governo federal, o acesso a serviços da pasta como inscrições no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Segundo o MEC, o plano faz parte de uma estratégia de todo o governo.

"O governo federal já tem um portal único e o MEC fará parte desse portal", explicou nesta segunda-feira, 29, Antonio Vogel, secretário-executivo MEC. A previsão é de que

a migração ocorra entre este ano e o fim do ano que vem. "Estamos em um plano do governo federal, que é ter um único portal. O MEC está se integrando nesse trabalho", disse Vogel.

Segundo o MEC, a ideia é que serviços como os do Denatran, Previdência e do MEC sejam todos acessados em uma mesma plataforma e com um só login. O acesso deverá ser feito pela plataforma gov.br.

Questionado em coletiva de imprensa em Brasília sobre o sigilo de dados de candidatos, por exemplo, Vogel disse que não haverá mudança. "O tratamento ao sigilo é o mesmo. A única questão é a maneira de acesso. O cidadão hoje tem um login para serviços do INSS, Detran, MEC. Ele vai passar a ter login único. Com um único login vai acessar tudo."

Segundo Alexandre Lopes, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela realização do Enem, o processamento das inscrições dos candidatos continuará sendo feito nos servidores do Inep.

"A diferença é a entrada. Hoje, temos login e senha para o candidato se inscrever nos exames do Inep. Esse login e senha vão passar a ser únicos para todo governo federal, mas o processamento das inscrições será feito nos servidores do Inep", disse Lopes.

Segundo Lopes, nas inscrições para o Enem do ano que vem já será implementado o login único. "Em 2020, ele (candidato) poderá usar a senha do Enem para acessar o Sisu e fazer a inscrição." Segundo o MEC, 99 serviços serão disponibilizados em ambiente digital até 2020 - a pasta não detalhou quais.

Enem digital

Segundo o MEC, as mudanças anunciadas nesta segunda-feira não se relacionam com a proposta de Enem digital. Em 3 de julho, a pasta informou que o exame passará a ser aplicado de forma digital a partir do próximo ano. O projeto prevê que 50 mil candidatos, em 15 capitais brasileiras, façam o modelo digital em 2020. A expectativa é de que o número seja ampliado progressivamente até 2026, quando a prova impressa será extinta.

NOTÍCIAS RELACIONADAS

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Educação e saúde puxam criação de emprego formal

Em meio ao quadro de lenta recuperação da qualidade do emprego no País, que atingiu número recorde de 24 milhões trabalhadores atuando por conta própria no trimestre encerrado em maio, alguns setores começam a esboçar reação na geração de vagas formais. A recuperação é puxada por setores de serviços como saúde e educação, onde o total de vagas com carteira assinada avançou 3,1% no primeiro trimestre do ano ante mesmo período de 2018, o equivalente a 240 mil vagas, segundo levantamento do

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

"A estrutura de crescimento do Brasil está sendo liderada pelo setor de serviços já há algum tempo. E os setores de serviços mais qualificados são mais formais. Os

trabalhadores são mais escolarizados, mais produtivos, ao contrário do que acontece em transporte e alimentação, por exemplo", explica Maria Andreia Lameiras, técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea.

O estudo do Ipea considera os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os demais segmentos com crescimento no emprego formal em um ano foram administração pública (aumento de 1,5% no total de trabalhadores com carteira assinada, 60,6 mil vagas a mais), indústria extrativa (avanço de 1,4%, com mais 4,6 mil vagas), serviços pessoais (alta de 1,2%, mais 12 mil vagas) e atividade financeira, imobiliária e serviços prestados a empresas (elevação de 0,9%, mais 57,5 mil vagas).

A arquiteta e analista de marketing digital Nathalia Borghi, 28 anos, acaba de ter a carteira assinada pelo portal de ensino a distância ProEnem, no Rio de Janeiro. Com 1,3 milhão de alunos, a plataforma é especializada na preparação online de estudantes do Ensino Médio para o Enem e para concursos militares, pelo ProMilitares. "Com a divisão em dois braços distintos, eles passaram a contratar também para cargos como programador e editor de vídeo. O bacana é que estão formando novas equipes, não só substituindo profissionais. Meu papel é cuidar da performance no YouTube", diz. Além dela, outros quatro funcionários foram contratados só no último mês.

Maria Andreia não descarta que o movimento de consolidações e aquisições nos setores privados de saúde e de educação superior possa ter contribuído para as contratações. Para Carlos Henrique Leite Corseuil, técnico da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Ipea, ambas as áreas mostram crescimento, o que naturalmente aumenta o número de trabalhadores atuando nesses setores, seja com carteira assinada, de forma autônoma ou via informalidade. "

O diretor de serviços compartilhados da Sociedade Beneficente de Senhoras Sírio-Libanês, Edi Souza, acredita que o setor de saúde suplementar esteja passando por uma retomada, após perder, com a recessão, quase três milhões de usuários entre 2014 e 2017. Segundo Souza, desde então aumentou o número de hospitais e de contratações. Apenas a rede hospitalar Sírio-Libanês abriu mais de 700 vagas com carteira assinada - entre médicos, enfermeiros e técnicos - de janeiro a abril de 2019.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC anuncia integração ao portal único do governo

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, lançou hoje (29), em Brasília, o Plano de Transformação Digital de 99 serviços prestados à população. "Envolve a unificação de todos os serviços que o MEC atende em todas as plataformas, visando simplificar a vida do usuário, de quem tá pagando imposto, de quem está lá na ponta recebendo os serviços, e também reduzir os custos."

O plano envolve 48 serviços da educação superior, 47 serviços da educação básica e mais quatro da educação técnica e profissional. A migração completa se dará até 2020. Segundo o MEC, o objetivo é que o cidadão comum possa ganhar tempo para acessar

informações e tramitar documentos.

O governo destaca que a agilidade e a desburocratização vão gerar economia. Conforme estimativa do Ministério da Economia para o MEC, a sociedade vai poupar R\$ 25,9 milhões e a administração pública, R\$ 6,5 milhões (total de cerca de R\$ 32,5 milhões), com o ganho de tempo e a simplificação de operações e demandas via internet.

A transformação digital do MEC prevê a migração dos aplicativos do ministério para acesso via o portal Gov.br. A estimativa do ministério é que os serviços estejam disponíveis na plataforma na próxima quarta-feira (31). Todos os cidadãos poderão ter login e senha únicos para acessar qualquer serviço do governo federal por este portal, que será único para qualquer área da administração pública.

A iniciativa "se enquadra em um projeto maior que é um projeto do governo federal inteiro, do governo digital", assinalou o secretário-executivo do MEC, Antônio Paulo Vogel.

"Em relação ao Enem, o próximo período de inscrição é no ano que vem. Nas inscrições do ano que vem já vamos implementar o login único", assinalou o secretário. Outras plataformas que já são digitalizadas e disponíveis no site do Ministério da Educação, como Sisu e o Prouni, serão acessadas de forma única.

Vogel fez questão de assinalar que Transformação Digital lançada pelo MEC nada tem a ver com a intenção do ministério de aplicar o Enem por meio digital. "Importante não confundir esse plano que estamos divulgando hoje com o que divulgamos dias atrás sobre o Enem digital.

Conforme nota do Ministério da Educação, "a iniciativa segue o disposto em cinco decretos. O decreto 8.936, de 2016, que trata da Plataforma Cidadania Digital; o 8.638, de 2016, sobre Estratégia de Governança Digital; o 9.723, de 2019, e o 9.094, de 2017, que tratam de simplificação de serviços e uso do CPF como chave única para identificação do cidadão; e, por fim, o decreto 9.756, de 2019, que dispõe sobre a unificação dos canais digitais do governo.

CORREIO DA BAHIA - BA - BAHIA

Estudante de Cajazeiras conquista 1º lugar na SBPC por projeto de tecnologia Jovem concorreu na área de Ciências Exatas com quiz sobre Sistema Solar

O estudante Maicon Douglas dos Santos, 17 anos, morador de Cajazeiras, em Salvador, ganhou o 1º lugar na área de Ciências Exatas e da Terra, da I Mostra Nacional de Feiras de Ciências. A premiação, que aconteceu neste sábado (27), integra a programação da 71ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O evento foi realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul (MS).

Maicon Douglas é aluno do 3º ano no Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia, em Cajazeiras IV. Ele foi premiado pelo projeto "Razão celeste: um jogo sobre Astronomia", que alia tecnologia e astronomia.

O evento da SBPC é considerado o mais importante do país na área de pesquisa acadêmica. Nele, são apresentados trabalhos e debates realizados por professores, estudantes e cientistas de todo o Brasil.

O trabalho desenvolvido por Maicon Douglas teve como objetivo desenvolver uma ferramenta didático-lúdica para o contexto escolar, de forma que fosse possível abordar a Astronomia por meio de seus conceitos e os da Física. Além disso, o jovem utilizou conteúdos da Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA) através de um jogo de perguntas e respostas, para auxiliar os estudantes que farão a prova.

“Eu estou muito feliz, não só pelo prêmio, mas por um conjunto de coisas que me aconteceram, como apresentar meu trabalho na SBPC, trocar experiências com outras pessoas e mostrar o valor da escola pública. Agora, me sinto no dever de levar aos meus colegas um incentivo e a motivação de que nós podemos ir mais além”, afirmou o baiano.

O jogo premiado, criado com o software Game Maker Studio, ilustra, de forma 2D e 3D, o Sistema Solar, o que promete facilitar o entendimento das relações entre seus astros, da sua fragmentação e da sua movimentação. No jogo, o participante explora os planetas utilizando espaçonaves que podem ser melhoradas a partir do momento em que conquistam a moeda Astrocoim. O dinheiro virtual é adquirido quando o jogador acerta as respostas do quiz.

O professor e orientador do estudante, Jorge Lucio dos Santos, falou sobre o projeto. “Com este jogo, outros estudantes poderão se preparar melhor para a Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA) através do acesso por computador ou celular com sistema Android. Estou muito contente por esta conquista e pela oportunidade do meu aluno poder ter contato com outros jovens que desenvolvem pesquisas de alto nível, e com o reconhecimento internacional”, comentou.

Mais prêmios

O projeto do jovem de Cajazeiras também foi destaque em feiras científicas de nível nacional. No ano passado, por exemplo, o jogo foi apresentado no Encontro de Jovens Cientistas da Bahia (CJC), que aconteceu na Universidade Federal da Bahia (Ufba). Na ocasião, conquistou o 2º lugar na modalidade jogos e rendeu uma credencial ao estudante para participar da Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (Febrace) e, também, da SBPC.

Este ano, o projeto também conquistou o 2º lugar em competição de jogos digitais no Simpósio de Jogos Eletrônicos em Educação (SJEED) - Maicon Douglas foi o único estudante da Educação Básica participante.

Já na Expo Nacional MILSET Brasil 2019, em Fortaleza, o jogo do estudante ganhou o 1º lugar na categoria Ciências Exatas e da Terra, no qual recebeu credencial para participar da MILSET AMLAT, que será realizada na Argentina, em 2020.

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Vagas remanescentes do Prouni estarão disponíveis a partir de 05 de agosto

Prazo para inscrição varia de acordo com a situação do candidato

As inscrições válidas para concorrer às vagas remanescentes do Programa Universidade para Todos (Prouni) podem ser realizadas a partir de 05 de agosto, diretamente no site.

O prazo final varia de acordo com a situação do candidato: caso não esteja matriculado na instituição de ensino superior em que a bolsa é ofertada, terá até 16 de agosto para se

inscrever. Quem já está matriculado tem até 30 de setembro.

O Ministério da Educação não informou a quantidade de bolsas de estudo disponíveis, mas a oferta acontece de acordo com a desistência dos candidatos pré-selecionados nas chamadas regulares ou na lista de espera. Casos em que a documentação não é apresentada, ou é inadequada, também abrem vagas remanescentes.

Estudantes contemplados com as bolsas de estudo remanescentes começam a faculdade ainda no segundo semestre. Para participar desta etapa, é preciso ter participado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010 e alcançado pontuações acima de zero, na redação, e de 450 nas provas objetivas. Outra possibilidade é ser docente da educação básica na rede pública de ensino, caso deseje se inscrever em curso de licenciatura.

Nota de Corte do Prouni 2019

Não há nota de corte para a ocupação das vagas remanescentes do Prouni e a reserva da bolsa de estudo acontece de forma automática após a realização da inscrição.

Selecionados terão até dois dias úteis para comprovar as informações e, caso não seja feito o procedimento, a bolsa de estudo ficará disponível novamente.

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Plataforma deverá unificar acesso a inscrição de Enem, Sisu e Fies

Segundo o MEC, o plano faz parte de uma estratégia de todo o governo.

O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta segunda-feira, 29, um plano para migrar para uma só plataforma, do governo federal, o acesso a serviços da pasta como inscrições no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Segundo o MEC, o plano faz parte de uma estratégia de todo o governo.

"O governo federal já tem um portal único e o MEC fará parte desse portal", explicou nesta segunda-feira, 29, Antonio Vogel, secretário-executivo MEC. A previsão é de que a migração ocorra entre este ano e o fim do ano que vem. "Estamos em um plano do governo federal, que é ter um único portal. O MEC está se integrando nesse trabalho", disse Vogel.

Segundo o MEC, a ideia é que serviços como os do Denatran, Previdência e do MEC sejam todos acessados em uma mesma plataforma e com um só login. O acesso deverá ser feito pela plataforma gov.br.

Questionado em coletiva de imprensa em Brasília sobre o sigilo de dados de candidatos, por exemplo, Vogel disse que não haverá mudança. "O tratamento ao sigilo é o mesmo. A única questão é a maneira de acesso. O cidadão hoje tem um login para serviços do INSS, Detran, MEC. Ele vai passar a ter login único. Com um único login vai acessar tudo."

Segundo Alexandre Lopes, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela realização do Enem, o processamento das inscrições dos candidatos continuará sendo feito nos servidores do Inep.

"A diferença é a entrada. Hoje, temos login e senha para o candidato se inscrever nos exames do Inep. Esse login e senha vão passar a ser únicos para todo governo federal, mas o processamento das inscrições será feito nos servidores do Inep", disse Lopes.

Segundo Lopes, nas inscrições para o Enem do ano que vem já será implementado o login único. "Em 2020, ele (candidato) poderá usar a senha do Enem para acessar o Sisu e fazer a inscrição." Segundo o MEC, 99 serviços serão disponibilizados em ambiente digital até 2020 - a pasta não detalhou quais.

Enem digital

Segundo o MEC, as mudanças anunciadas nesta segunda-feira não se relacionam com a proposta de Enem digital. Em 3 de julho, a pasta informou que o exame passará a ser aplicado de forma digital a partir do próximo ano. O projeto prevê que 50 mil candidatos, em 15 capitais brasileiras, façam o modelo digital em 2020. A expectativa é de que o número seja ampliado progressivamente até 2026, quando a prova impressa será extinta.

topo ↕

O DIA - RJ - BRASIL

MEC prorroga prazo de renegociação de dívida do Fies para outubro
Estudantes precisam ter firmado contrato até o segundo semestre de 2017, estar com as parcelas atrasadas em, no mínimo, 90 dias e ter contratos em fase de amortização

Brasília - O Ministério da Educação (MEC) prorrogou, para o dia 10 de outubro, o prazo para renegociação de dívida do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). A portaria que prevê a ampliação a renegociação foi publicada nesta terça-feira, no Diário Oficial da União.

Para pedir a renegociação, os estudantes precisam ter firmado o contrato com o Fies até o segundo semestre de 2017; estar com as parcelas atrasadas em, no mínimo, 90 dias; e ter contratos em fase de amortização.

Além disso, os contratos não podem ser objeto de ação judicial. A depender do tipo de contrato, a renegociação também poderá ser feita pelo prazo de amortização.

De acordo com o Ministério da Educação, mais de 500 mil alunos estão com os contratos de financiamento na fase de amortização e com atraso no pagamento das prestações. O saldo devedor total alcança o valor de R\$ 11,2 bilhões.

Para regularizar a situação, os interessados devem procurar a instituição bancária onde o contrato foi assinado. O valor da parcela resultante da renegociação não pode ser inferior a R\$ 200. Há ainda a parcela de entrada. O estudante deve pagar ou 10% da dívida consolidada vencida, ou R\$ 1.000.

topo ↕

O DIA - RJ - BRASIL

MEC anuncia integração ao portal único do governo
Transformação digital vai agilizar acesso a 99 serviços do ministério

Brasília - O ministro da Educação, Abraham Weintraub, lançou nesta segunda-feira (29), em Brasília, o Plano de Transformação Digital de 99 serviços prestados à população. "Envolve a unificação de todos os serviços que o MEC atende em todas as plataformas, visando simplificar a vida do usuário, de quem tá pagando imposto, de quem está lá na ponta recebendo os serviços, e também reduzir os custos."

O plano envolve 48 serviços da educação superior, 47 serviços da educação básica e mais quatro da educação técnica e profissional. A migração completa se dará até 2020. Segundo o MEC, o objetivo é que o cidadão comum possa ganhar tempo para acessar informações e tramitar documentos.

O governo destaca que a agilidade e a desburocratização vão gerar economia. Conforme estimativa do Ministério da Economia para o MEC, a sociedade vai poupar R\$ 25,9 milhões e a administração pública, R\$ 6,5 milhões (total de cerca de R\$ 32,5 milhões), com o ganho de tempo e a simplificação de operações e demandas via internet.

A transformação digital do MEC prevê a migração dos aplicativos do ministério para acesso via o portal Gov.br. A estimativa do ministério é que os serviços estejam disponíveis na plataforma na próxima quarta-feira (31). Todos os cidadãos poderão ter login e senha únicos para acessar qualquer serviço do governo federal por este portal, que será único para qualquer área da administração pública.

A iniciativa “se enquadra em um projeto maior que é um projeto do governo federal inteiro, do governo digital”, assinalou o secretário-executivo do MEC, Antônio Paulo Vogel.

"Em relação ao Enem, o próximo período de inscrição é no ano que vem. Nas inscrições do ano que vem já vamos implementar o login único", assinalou o secretário. Outras plataformas que já são digitalizadas e disponíveis no site do Ministério da Educação, como Sisu e o Prouni, serão acessadas de forma única.

Vogel fez questão de assinalar que Transformação Digital lançada pelo MEC nada tem a ver com a intenção do ministério de aplicar o Enem por meio digital. "Importante não confundir esse plano que estamos divulgando hoje com o que divulgamos dias atrás sobre o Enem digital".

Conforme nota do Ministério da Educação, "a iniciativa segue o disposto em cinco decretos. O decreto 8.936, de 2016, que trata da Plataforma Cidadania Digital; o 8.638, de 2016, sobre Estratégia de Governança Digital; o 9.723, de 2019, e o 9.094, de 2017, que tratam de simplificação de serviços e uso do CPF como chave única para identificação do cidadão; e, por fim, o decreto 9.756, de 2019, que dispõe sobre a unificação dos canais digitais do governo."

topo 

DIGA BAHIA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

100% dos serviços do MEC serão digitais

Até dezembro de 2020, todos os serviços do Ministério da Educação (MEC) estarão disponíveis em ambiente digital, no portal único do governo federal, o gov.br. O objetivo é prestar um atendimento mais ágil ao cidadão. O Plano de Transformação Digital foi anunciado nesta segunda-feira (29) e vai trazer uma economia de R\$ 32,5 milhões para o governo e o cidadão.

O programa vai unificar todos os serviços do Ministério em uma mesma plataforma e “simplificar a vida do usuário, do pagador de imposto que está na ponta recebendo serviços, reduzindo custos”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Com um único login e senha, o usuário vai poder acessar, solicitar e acompanhar 99 serviços do Ministério da Educação. Desses, 48 são da educação superior, 47 da educação básica e 4 da educação profissional e tecnologia.

Entre os serviços que estarão completamente digitalizados, está a oferta de bolsas de pesquisa para mestrandos e doutorandos e de bolsas permanência, auxílio para estudantes de ensino superior de baixa renda.

Já a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) terá aplicação digital a partir do ano que vem. As primeiras aplicações piloto no modelo digital serão opcionais. Os candidatos vão poder escolher pela forma digital ou pela tradicional prova em papel. A ideia é que o exame esteja totalmente digitalizado em 2026.

O Plano de Transformação Digital do Ministério da Educação foi feito em parceria com o Ministério da Economia e a Secretaria-Geral da Presidência da República. De acordo com o MEC, a política segue a tendência de todo o governo federal de otimizar os canais para o cidadão. “Vamos simplificar o acesso aos serviços públicos, reduzir custos e tempo de espera, a exemplo de outros serviços que tem sido transformados no governo federal”, afirmou o diretor de Tecnologia de Informação do Ministério da Educação, Daniel Miranda Rogério.

Também serão digitalizados serviços de entidades ligadas ao MEC, como **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Instituto Nacional de Ensinos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

topo ↕

JOVEM PAN (AM) - TEMPO REAL

MEC vai oferecer 100 serviços na internet até 2020; expectativa é criação de portal único para o governo federal

O Ministério da Educação (MEC) lançou, nesta segunda-feira (29), o Plano de Transformação Digital, que prevê que quase 100 serviços públicos que são prestados pela pasta possam ser acessados pela internet até 2020. O objetivo é reduzir a burocracia, simplificar o acesso e diminuir o tempo de espera e os custos para o cidadão.

Faz parte da iniciativa a implementação de um login e senha únicos para acessar todos os serviços do governo federal. Além disso, haverá uma plataforma que permitirá ao usuário avaliar o serviço prestado. No final das contas, a ideia é integrar todas as bases de dados do governo federal e permitir o aumento da eficiência das políticas públicas.

De acordo com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, a expectativa é que a digitalização dos serviços gere um economia considerável não só para o MEC, mas para a União de maneira geral. “Esse programa envolve a unificação de todos os serviços que o MEC atende em uma única plataforma, visando simplificar a vida do usuário, isso é, do pagador de imposto, de quem está lá na ponta recebendo serviços, e também reduzir os custos. Com isso a gente pretende economizar uns R\$ 35 milhões por ano com essa medida, buscando mais eficiência.”

Dos 99 serviços que passarão pela transformação digital, 48 são da educação superior,

47 da educação básica e 4 da educação profissional e tecnológica. A medida também abrangerá serviços disponíveis na **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, no FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e no INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais).

De qualquer forma, é importante deixar claro que nem tudo aquilo que é oferecido pelo MEC poderá ser feito integralmente pela internet. Algumas etapas de determinados serviços, como a realização da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), por exemplo, são, necessariamente, presenciais, como explica o Diretor de Tecnologia de Informação do MEC, Daniel Miranda Rogerio. “99 serviços são todos os serviços que nós mapeamos. Nós não deixamos nenhum de fora, então o que a gente não transformar é porque exige alguma ação presencial. Mas tudo aquilo que a gente puder transformar em digital, vamos transformar. Os 99 são todos nossos serviços.”

A ideia de levar para o ambiente digital os serviços prestados pela pasta faz parte da iniciativa do governo de facilitar o contato do cidadão com o Estado. Tanto é que não só o portal do MEC, mas de todos os outros ministérios e órgãos da administração pública, que serão migrados para uma única plataforma. A expectativa é que o site GOV.BR seja lançado pelo governo federal ainda nesta semana.

topo ↕

O COLETIVO - TEMPO REAL

MEC quer ofertar 99 serviços em portal único na web até 2020

Até dezembro de 2020, todos os serviços do Ministério da Educação (MEC) estarão disponíveis em ambiente digital, no portal único do governo federal, o gov.br. O objetivo é prestar um atendimento mais ágil ao cidadão. O Plano de Transformação Digital foi anunciado nesta segunda-feira (29) e vai trazer uma economia de R\$ 32,5 milhões para o governo e o cidadão.

O programa vai unificar todos os serviços do Ministério em uma mesma plataforma e “simplificar a vida do usuário, do pagador de imposto que está na ponta recebendo serviços, reduzindo custos”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Com um único login e senha, o usuário vai poder acessar, solicitar e acompanhar 99 serviços do Ministério da Educação. Desses, 48 são da educação superior, 47 da educação básica e 4 da educação profissional e tecnologia.

Entre os serviços que estarão completamente digitalizados, está a oferta de bolsas de pesquisa para mestrandos e doutorandos e de bolsas permanência, auxílio para estudantes de ensino superior de baixa renda.

Já a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) terá aplicação digital a partir do ano que vem. As primeiras aplicações piloto no modelo digital serão opcionais. Os candidatos vão poder escolher pela forma digital ou pela tradicional prova em papel. A ideia é que o exame esteja totalmente digitalizado em 2026.

O Plano de Transformação Digital do Ministério da Educação foi feito em parceria com o Ministério da Economia e a Secretaria-Geral da Presidência da República. De acordo com o MEC, a política segue a tendência de todo o governo federal de otimizar os canais para o cidadão. “Vamos simplificar o acesso aos serviços públicos, reduzir custos e tempo de espera, a exemplo de outros serviços que tem sido transformados no governo

federal”, afirmou o diretor de Tecnologia de Informação do Ministério da Educação, Daniel Miranda Rogério.

Também serão digitalizados serviços de entidades ligadas ao MEC, como **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsersh), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Instituto Nacional de Ensinos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

topo ↕

PIAUI NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Mestrado Acadêmico em Letras publica homologação para seleção de bolsista de Pós-doutorado

A Coordenação do Mestrado Acadêmico em Letras, do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), torna pública a homologação de análise de documentação relativo à de Seleção de bolsista de Pós-doutorado—modalidade PNPd/CAPES do Edital N° 03-2019.

É válido lembrar que o selecionado deverá exercer o exercício de atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito deste Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, em conformidade com a Portaria No 086 de 03 de julho de 2013, com bolsa mensal no valor de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais), com vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser renovada por igual período.

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

MEC lança Plano de Transformação Digital para quase 100 serviços públicos da pasta

O Ministério da Educação (MEC) vai disponibilizar 99 serviços em ambiente digital até 2020. A medida trará facilidade e simplificação para o acesso, a solicitação e acompanhamento de serviços ao cidadão. Além disso, o usuário terá login e senha únicos e poderá ainda avaliar a prestação dos serviços. O lançamento do Plano de Transformação Digital do MEC ocorreu nesta segunda-feira, 29 de julho, na sede da Pasta.

A intenção é prestar um melhor atendimento ao cidadão ao reduzir a burocracia, simplificar o acesso, diminuir o tempo de espera e os custos para obtenção dos serviços públicos. A medida se traduz em mais eficiência, mais celeridade, além de diminuir os custos com infraestrutura e otimizar a força de trabalho. Todas essas iniciativas refletem em uma redução de gastos inicial de R\$ 32,5 milhões.

“[A transformação digital] visa a simplificar a vida do usuário, isso é, a vida do pagador de imposto, a vida de quem está lá na ponta, além de reduzir os custos”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Segundo o secretário executivo do MEC, Antônio Paulo Vogel, a iniciativa é um “plano de voo para 2019 e 2020 de transformação digital do MEC”. Vogel acrescentou que o objetivo é ter todos os serviços do MEC no portal único do governo.

A transformação dos serviços públicos prevê a migração dos Apps para a loja Gov.br, dos portais para o portal único com senha e login únicos, além de permitir a avaliação dos serviços prestados à população. Haverá ainda a integração da base de dados, a

utilização de ciência e compartilhamento de dados, o que proporcionará o aumento da eficiência das políticas públicas que serão baseadas em evidências e assim tornarão as decisões mais objetivas e transparentes.

Dos serviços que passarão pela transformação digital, 48 são da educação superior, 47 da educação básica e 4 da educação profissional e tecnológica. A medida também abrangerá serviços disponíveis na **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e no Instituto Nacional de Ensinos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

É importante frisar que nem todos os serviços serão 100% digitais visto que algumas etapas são necessariamente presenciais como, por exemplo, a realização da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O Plano de Transformação Digital do MEC, realizado em parceria e com apoio do Ministério da Economia e da Secretaria Especial de Modernização, da Secretaria-Geral da Presidência da República, é fruto de mais de dois meses de trabalho, com cerca de cem pessoas envolvidas.

"O cidadão ganha em agilidade e o serviço fica bem mais barato", disse o diretor de tecnologia e informação do MEC, Daniel Miranda Rogério. "[A ideia é] reduzir os custos de infraestrutura e reduzir o tempo de entrega. A consolidação dos canais digitais é uma das partes mais estruturantes para o acesso do cidadão", completou.

A iniciativa segue o disposto em cinco decretos. O decreto 8.936, de 2016, que trata da Plataforma Cidadania Digital; o 8.638, de 2016, sobre Estratégia de Governança Digital; o 9.723, de 2019, e o 9.094, de 2017, que tratam de simplificação de serviços e uso do CPF como chave única para identificação do cidadão; e, por fim, o decreto 9.756, de 2019, que dispõe sobre a unificação dos canais digitais do governo.

MEC - 29.07.2019

[topo](#)

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Plataforma deverá unificar acesso a inscrição de Enem, Sisu e Fies

MEC anunciou nesta segunda plano de migração de serviços da pasta para portal único, do governo federal

O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta segunda-feira, 29, um plano para migrar para uma só plataforma, do governo federal, o acesso a serviços da pasta como inscrições no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Segundo o MEC, o plano faz parte de uma estratégia de todo o governo.

"O governo federal já tem um portal único e o MEC fará parte desse portal", explicou nesta segunda-feira, 29, Antonio Vogel, secretário-executivo MEC. A previsão é de que a migração ocorra entre este ano e o fim do ano que vem. "Estamos em um plano do governo federal, que é ter um único portal. O MEC está se integrando nesse trabalho", disse Vogel.

Segundo o MEC, a ideia é que serviços como os do Denatran, Previdência e do MEC

sejam todos acessados em uma mesma plataforma e com um só login. O acesso deverá ser feito pela plataforma gov.br.

Questionado em coletiva de imprensa em Brasília sobre o sigilo de dados de candidatos, por exemplo, Vogel disse que não haverá mudança. "O tratamento ao sigilo é o mesmo. A única questão é a maneira de acesso. O cidadão hoje tem um login para serviços do INSS, Detran, MEC. Ele vai passar a ter login único. Com um único login vai acessar tudo."

Segundo Alexandre Lopes, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela realização do Enem, o processamento das inscrições dos candidatos continuará sendo feito nos servidores do Inep.

"A diferença é a entrada. Hoje, temos login e senha para o candidato se inscrever nos exames do Inep. Esse login e senha vão passar a ser únicos para todo governo federal, mas o processamento das inscrições será feito nos servidores do Inep", disse Lopes.

Segundo Lopes, nas inscrições para o Enem do ano que vem já será implementado o login único. "Em 2020, ele (candidato) poderá usar a senha do Enem para acessar o Sisu e fazer a inscrição." Segundo o MEC, 99 serviços serão disponibilizados em ambiente digital até 2020 - a pasta não detalhou quais.

Enem digital

Segundo o MEC, as mudanças anunciadas nesta segunda-feira não se relacionam com a proposta de Enem digital. Em 3 de julho, a pasta informou que o exame passará a ser aplicado de forma digital a partir do próximo ano. O projeto prevê que 50 mil candidatos, em 15 capitais brasileiras, façam o modelo digital em 2020. A expectativa é de que o número seja ampliado progressivamente até 2026, quando a prova impressa será extinta.

topo 

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC anuncia integração ao portal único do governo

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, lançou hoje (29), em Brasília, o Plano de Transformação Digital de 99 serviços prestados à população. "Envolve a unificação de todos os serviços que o MEC atende em todas as plataformas, visando simplificar a vida do usuário, de quem tá pagando imposto, de quem está lá na ponta recebendo os serviços, e também reduzir os custos."

O plano envolve 48 serviços da educação superior, 47 serviços da educação básica e mais quatro da educação técnica e profissional. A migração completa se dará até 2020. Segundo o MEC, o objetivo é que o cidadão comum possa ganhar tempo para acessar informações e tramitar documentos.

O governo destaca que a agilidade e a desburocratização vão gerar economia. Conforme estimativa do Ministério da Economia para o MEC, a sociedade vai poupar R\$ 25,9 milhões e a administração pública, R\$ 6,5 milhões (total de cerca de R\$ 32,5 milhões), com o ganho de tempo e a simplificação de operações e demandas via internet.

A transformação digital do MEC prevê a migração dos aplicativos do ministério para acesso via o portal Gov.br. A estimativa do ministério é que os serviços estejam

disponíveis na plataforma na próxima quarta-feira (31). Todos os cidadãos poderão ter login e senha únicos para acessar qualquer serviço do governo federal por este portal, que será único para qualquer área da administração pública.

A iniciativa “se enquadra em um projeto maior que é um projeto do governo federal inteiro, do governo digital”, assinalou o secretário-executivo do MEC, Antônio Paulo Vogel.

“Em relação ao Enem, o próximo período de inscrição é no ano que vem. Nas inscrições do ano que vem já vamos implementar o login único”, assinalou o secretário. Outras plataformas que já são digitalizadas e disponíveis no site do Ministério da Educação, como Sisu e o Prouni, serão acessadas de forma única.

Vogel fez questão de assinalar que Transformação Digital lançada pelo MEC nada tem a ver com a intenção do ministério de aplicar o Enem por meio digital. “Importante não confundir esse plano que estamos divulgando hoje com o que divulgamos dias atrás sobre o Enem digital.

Conforme nota do Ministério da Educação, “a iniciativa segue o disposto em cinco decretos. O decreto 8.936, de 2016, que trata da Plataforma Cidadania Digital; o 8.638, de 2016, sobre Estratégia de Governança Digital; o 9.723, de 2019, e o 9.094, de 2017, que tratam de simplificação de serviços e uso do CPF como chave única para identificação do cidadão; e, por fim, o decreto 9.756, de 2019, que dispõe sobre a unificação dos canais digitais do governo.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Plataforma deverá unificar acesso a inscrição de Enem, Sisu e Fies

O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta segunda-feira, 29, um plano para migrar para uma só plataforma, do governo federal, o acesso a serviços da pasta como inscrições no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Segundo o MEC, o plano faz parte de uma estratégia de todo o governo.

“O governo federal já tem um portal único e o MEC fará parte desse portal”, explicou nesta segunda-feira, 29, Antonio Vogel, secretário-executivo MEC. A previsão é de que a migração ocorra entre este ano e o fim do ano que vem. “Estamos em um plano do governo federal, que é ter um único portal. O MEC está se integrando nesse trabalho”, disse Vogel.

Segundo o MEC, a ideia é que serviços como os do Denatran, Previdência e do MEC sejam todos acessados em uma mesma plataforma e com um só login. O acesso deverá ser feito pela plataforma gov.br.

Questionado em coletiva de imprensa em Brasília sobre o sigilo de dados de candidatos, por exemplo, Vogel disse que não haverá mudança. “O tratamento ao sigilo é o mesmo. A única questão é a maneira de acesso. O cidadão hoje tem um login para serviços do INSS, Detran, MEC. Ele vai passar a ter login único. Com um único login vai acessar tudo.”

Segundo Alexandre Lopes, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela realização do Enem, o processamento das inscrições dos candidatos continuará sendo feito nos servidores do Inep.

“A diferença é a entrada. Hoje, temos login e senha para o candidato se inscrever nos exames do Inep. Esse login e senha vão passar a ser únicos para todo governo federal, mas o processamento das inscrições será feito nos servidores do Inep”, disse Lopes.

Segundo Lopes, nas inscrições para o Enem do ano que vem já será implementado o login único. “Em 2020, ele (candidato) poderá usar a senha do Enem para acessar o Sisu e fazer a inscrição.” Segundo o MEC, 99 serviços serão disponibilizados em ambiente digital até 2020 – a pasta não detalhou quais.

Enem digital

Segundo o MEC, as mudanças anunciadas nesta segunda-feira não se relacionam com a proposta de Enem digital. Em 3 de julho, a pasta informou que o exame passará a ser aplicado de forma digital a partir do próximo ano. O projeto prevê que 50 mil candidatos, em 15 capitais brasileiras, façam o modelo digital em 2020. A expectativa é de que o número seja ampliado progressivamente até 2026, quando a prova impressa será extinta.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Educação e saúde puxam criação de emprego formal

Em meio ao quadro de lenta recuperação da qualidade do emprego no País, que atingiu número recorde de 24 milhões trabalhadores atuando por conta própria no trimestre encerrado em maio, alguns setores começam a esboçar reação na geração de vagas formais. A recuperação é puxada por setores de serviços como saúde e educação, onde o total de vagas com carteira assinada avançou 3,1% no primeiro trimestre do ano ante mesmo período de 2018, o equivalente a 240 mil vagas, segundo levantamento do

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

“A estrutura de crescimento do Brasil está sendo liderada pelo setor de serviços já há algum tempo. E os setores de serviços mais qualificados são mais formais. Os trabalhadores são mais escolarizados, mais produtivos, ao contrário do que acontece em transporte e alimentação, por exemplo”, explica Maria Andreia Lameiras, técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea.

O estudo do Ipea considera os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os demais segmentos com crescimento no emprego formal em um ano foram administração pública (aumento de 1,5% no total de trabalhadores com carteira assinada, 60,6 mil vagas a mais), indústria extrativa (avanço de 1,4%, com mais 4,6 mil vagas), serviços pessoais (alta de 1,2%, mais 12 mil vagas) e atividade financeira, imobiliária e serviços prestados a empresas (elevação de 0,9%, mais 57,5 mil vagas).

A arquiteta e analista de marketing digital Nathalia Borghi, 28 anos, acaba de ter a carteira assinada pelo portal de ensino a distância ProEnem, no Rio de Janeiro. Com 1,3 milhão de alunos, a plataforma é especializada na preparação online de estudantes do

Ensino Médio para o Enem e para concursos militares, pelo ProMilitares. “Com a divisão em dois braços distintos, eles passaram a contratar também para cargos como programador e editor de vídeo. O bacana é que estão formando novas equipes, não só substituindo profissionais. Meu papel é cuidar da performance no YouTube”, diz. Além dela, outros quatro funcionários foram contratados só no último mês.

Maria Andreia não descarta que o movimento de consolidações e aquisições nos setores privados de saúde e de educação superior possa ter contribuído para as contratações. Para Carlos Henrique Leite Corseuil, técnico da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Ipea, ambas as áreas mostram crescimento, o que naturalmente aumenta o número de trabalhadores atuando nesses setores, seja com carteira assinada, de forma autônoma ou via informalidade. “

O diretor de serviços compartilhados da Sociedade Beneficente de Senhoras Sírio-Libanês, Edi Souza, acredita que o setor de saúde suplementar esteja passando por uma retomada, após perder, com a recessão, quase três milhões de usuários entre 2014 e 2017. Segundo Souza, desde então aumentou o número de hospitais e de contratações. Apenas a rede hospitalar Sírio-Libanês abriu mais de 700 vagas com carteira assinada – entre médicos, enfermeiros e técnicos – de janeiro a abril de 2019.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

MEC anuncia plano para unificar inscrições de Enem e Fies

Proposta faz parte de plano do governo para unificar todas as plataformas digitais

O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta segunda-feira um plano para migrar para uma só plataforma, do governo federal, o acesso a serviços da pasta como inscrições no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Segundo o MEC, o plano faz parte de uma estratégia de todo o governo.

"O governo federal já tem um portal único e o MEC fará parte desse portal", explicou nesta segunda-feira Antonio Vogel, secretário-executivo MEC. A previsão é de que a migração ocorra entre este ano e o fim do ano que vem. "Estamos em um plano do governo federal, que é ter um único portal. O MEC está se integrando nesse trabalho", disse.

Segundo o MEC, a ideia é que serviços como os do Denatran, Previdência e do MEC sejam todos acessados em uma mesma plataforma e com um só login. O acesso deverá ser feito pela plataforma gov.br.

Questionado em coletiva de imprensa em Brasília sobre o sigilo de dados de candidatos, por exemplo, Vogel disse que não haverá mudança. "O tratamento ao sigilo é o mesmo. A única questão é a maneira de acesso. O cidadão hoje tem um login para serviços do INSS, Detran, MEC. Ele vai passar a ter login único. Com um único login vai acessar tudo."

Segundo Alexandre Lopes, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela realização do Enem, o

processamento das inscrições dos candidatos continuará sendo feito nos servidores do Inep.

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Inep representa o Brasil em treinamento para análise dos resultados do Pisa

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é o representante brasileiro no encontro preparatório para divulgação dos dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), promovido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O encontro, em Princeton, nos Estados Unidos, visa capacitar os gestores responsáveis pela avaliação em cada país para utilizarem o software International Database Analyzer (IDB), desenvolvido especificamente para o Pisa. O treinamento é feito pela OCDE, responsável pelo programa, em parceria com o Educational Testing Service (ETS), e ocorre até o dia 31 de julho. A divulgação dos resultados do Pisa está prevista para dezembro.

Além de trabalhar com o banco de dados, a capacitação habilitará os participantes para lidar com a análise estatística dos microdados do Pisa, do processo de amostragem até a análise dos dados de desempenho cognitivo dos estudantes brasileiros. Esses conhecimentos são fundamentais para a elaboração do relatório técnico final do Pisa 2018 e para realizar as etapas de preparação para o exame em 2021.

Pisa – O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) é uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada de forma amostral a estudantes na faixa etária de 15 anos, que investiga a capacidade desses jovens de buscar, selecionar, interpretar, integrar e analisar textos associados a situações que vão além da sala de aula. A avaliação, totalmente feita em computador, acontece a cada três anos e abrange três áreas do conhecimento – Leitura, Matemática e Ciências. Em 2015, foi incluída a avaliação das áreas de Competência Financeira e Resolução Colaborativa de Problemas.

O estudo produz indicadores que contribuem com a discussão da qualidade da educação nos países participantes, de modo a subsidiar políticas de melhoria do ensino básico. A avaliação é aplicada em mais de 80 países. No Brasil, 13 mil jovens da rede pública e privada fizeram as provas e responderam aos questionários em maio de 2018.

O Brasil participa do Pisa desde sua primeira edição, em 2000, sendo o Inep a instituição responsável pela implementação e condução do programa no país. Essa participação tem permitido ao instituto crescimento no que tange ao conhecimento técnico que vem sendo aplicado em avaliações nacionais, bem como em relação à criação de novos indicadores. A participação no Pisa contribui, ainda, como subsídio para a elaboração de políticas públicas educacionais pelo Ministério da Educação.

Assessoria de Comunicação Social - INEP

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Último dia de inscrição para pessoas privadas de liberdade

Terminam às 23h59 desta sexta-feira, 26 de julho, as inscrições para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos para pessoas privadas de liberdade e jovens sob medida socioeducativa que incluam privação de liberdade (Encceja Nacional PPL). As inscrições devem ser feitas pelo responsável pedagógico de cada unidade prisional ou socioeducativa.

Podem ser inscritos apenas adultos privados de liberdade e jovens sob medida socioeducativa das unidades ligadas aos órgãos de administração prisional e socioeducativa brasileiros que tiverem firmado Termo de Adesão, Responsabilidades e Compromissos com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O período de adesão terminou em 19 de julho.

O Enceja é uma iniciativa do Inep direcionada aos jovens e adultos privados de liberdade que não concluíram os estudos na idade adequada. O exame é uma oportunidade para obtenção dos certificados do ensino fundamental e médio. Para realizar as provas, o participante deve ter, na data da aplicação, o mínimo de 15 anos de idade, se desejar a certificação para o ensino fundamental, e pelo menos 18 anos para o ensino médio. As provas do Enceja Nacional PPL serão aplicadas em 8 e 9 de outubro.

O exame é dividido em quatro provas objetivas por nível de ensino e uma redação. Cada prova objetiva tem 30 questões de múltipla escolha. Aqueles que buscam a certificação do ensino fundamental serão avaliados nas áreas de Ciências Naturais; História e Geografia; Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Artes, Educação Física e Redação; e Matemática. Para o ensino médio, o exame exigirá conhecimento nas áreas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Linguagens e Códigos e suas Tecnologias e Redação; Matemática e suas Tecnologias.

Assessoria de Comunicação - INEP/MEC

[topo](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Ministro do MCTIC participa da 71ª Reunião Anual da SBPC

O encontro teve recorde e inscrições e público, com mais de 35 mil visitantes ao longo da semana

Na manhã desta sexta-feira (26), o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, chegou à capital sul-mato-grossense para participar da 71ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Na agenda, uma visita aos estandes da Avenida da Ciência — Mundo MCTIC, uma conferência no Teatro Glaucê Rocha da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e uma entrevista coletiva com jornalistas. Em sua apresentação, o ministro falou sobre a manutenção das bolsas do CNPq e e outras prioridades do ministério.

No teatro lotado com mais de 800 pessoas, o ministro fez uma apresentação da estrutura do MCTIC e de sua trajetória com foco na criação de oportunidades. “Já participei de muitos encontros da SBPC, antes como astronauta e agora como ministro, mas o coração é sempre o mesmo,” disse na abertura de sua fala. “É uma oportunidade que temos para conversar e entender quem está na linha de frente da ciência e tecnologia.”

Um dos principais temas, em alinhamento com a comunidade científica, é a recuperação do orçamento para ciência e tecnologia, que o ministro avaliou como “incoerente”. Ele pediu um esforço de todos os presentes e de toda a comunidade para que seja feito uma conscientização da sociedade sobre a importância da ciência e da tecnologia. “Temos que divulgar melhor isso pelo país; temos que melhorar nossa comunicação e ter uma presença mais próxima do parlamento,” disse.

Quanto aos recursos para bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico (CNPq), o ministro demonstrou preocupação mas garantiu que o tema é prioridade. No caso, explicou o ministro, não se trata de descontingenciamento; o orçamento aprovado no ano passado previu um orçamento abaixo do que seria necessário para as bolsas. “Agora precisamos de crédito suplementar no valor de R\$ 310 milhões,” disse. “Temos que resolver isso agora.”

Avenida da Ciência

Em uma recepção calorosa, o ministro era aguardado por muitos participantes da feira, especialmente jovens e crianças que queriam conhecer e tirar fotos com o “astronauta”. Logo na entrada dos estandes, o ministro parou para oficializar a entrega de equipamentos eletrônicos recuperados pelo programa Computadores para Inclusão, em parceria com os Centros de Recondicionamento de Computadores (CRSs), que coletam resíduos eletrônicos para ser reaproveitados em equipamentos funcionais para telecentros, escolas, bibliotecas, entre outros.

Em seguida, o ministro deu entrevista para o Canal MCTIC, disponível na página do MCTIC no Facebook, e seguiu pela Avenida da Ciência, visitando os estandes das entidades vinculadas. O ministro conheceu cientistas, conversou sobre as exposições e tirou muitas fotos. “A ideia de ter essa Avenida traz às pessoas um retorno do que é feito em ciência e tecnologia em nossas unidades de pesquisa,” afirmou.

Em estimativas da UFMS, foram mais de 21,5 mil inscrições para esta edição da reunião anual da SBPC. Mais de 35 mil pessoas visitaram a reunião, dentre elas, 9 mil crianças, número recorde em 71 anos da reunião. “É o maior evento que tivemos,” disse o reitor da UFMS, Marcelo Turine. “Gostaria de destacar a criatividade da equipe do MCTIC e a integração da biodiversidade com ciência e conhecimento em prol da comunidade científica sul-matogrossense e de todo o país.”

No estande da Agência Espacial Brasileira (AEB), o ministro assinou o painel que estampava sua foto na Missão Centenário, que levou o primeiro astronauta brasileiro à Estação Espacial Internacional, em 2006, e tirou fotos com fãs e visitantes da feira ao lado de itens de exposição da missão.

Inauguração

No sábado (27), acompanhando do reitor da UFMS e o presidente da Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep), general Waldemar Barroso, o ministro inaugurou o Laboratório Multiusuário de Modelos Experimentais de Doença (LMED). O laboratório é parte da estrutura do programa de pós-graduação Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste, que recebeu investimento de mais de R\$ 1,3 milhões, provenientes de três editais do MCTIC, por meio da (Finep).

O laboratório permitirá a continuidade dos experimentos em doenças crônicas que são realizados no programa. Com os recursos, foram adquiridos equipamentos que vão aumentar o impacto e a inovação das pesquisas desenvolvidas no LMED. Vários pesquisadores utilizam a estrutura ao longo do ano, entre pesquisadores, servidores e acadêmicos da graduação e pós-graduação da UFMS e de outras instituições de ensino superior.

“A Finep tem a atribuição de financiar pesquisa e inovação, e fiquei muito feliz de ver os equipamentos em uso e as pessoas que ali trabalham,” disse o ministro. “O recurso

investido certamente terá um retorno muito maior para a sociedade, na forma de geração de conhecimento e para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.”

O reitor da UFMS também comemorou a inauguração do novo laboratório. “A UFMS tem o orgulho de inaugurar essa obra com recursos do CTInfra, do MCTIC e Finep, que vai permitir a descoberta de novas curas para doenças humanas”, declarou. “Sem a Finep não teríamos condições de fazer iniciação científica e formar mais recursos humanos, mestres, doutores para o desenvolvimento dessas pesquisas.”

ASCOM/MCTIC

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Inep representa o Brasil em treinamento para análise dos resultados do Pisa

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é o representante brasileiro no encontro preparatório para divulgação dos dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), promovido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O encontro, em Princeton, nos Estados Unidos, visa capacitar os gestores responsáveis pela avaliação em cada país para utilizarem o software International Database Analyzer (IDB), desenvolvido especificamente para o Pisa. O treinamento é feito pela OCDE, responsável pelo programa, em parceria com o Educational Testing Service (ETS), e ocorre até o dia 31 de julho. A divulgação dos resultados do Pisa está prevista para dezembro.

Além de trabalhar com o banco de dados, a capacitação habilitará os participantes para lidar com a análise estatística dos microdados do Pisa, do processo de amostragem até a análise dos dados de desempenho cognitivo dos estudantes brasileiros. Esses conhecimentos são fundamentais para a elaboração do relatório técnico final do Pisa 2018 e para realizar as etapas de preparação para o exame em 2021.

Pisa – O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) é uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada de forma amostral a estudantes na faixa etária de 15 anos, que investiga a capacidade desses jovens de buscar, selecionar, interpretar, integrar e analisar textos associados a situações que vão além da sala de aula. A avaliação, totalmente feita em computador, acontece a cada três anos e abrange três áreas do conhecimento – Leitura, Matemática e Ciências. Em 2015, foi incluída a avaliação das áreas de Competência Financeira e Resolução Colaborativa de Problemas.

O estudo produz indicadores que contribuem com a discussão da qualidade da educação nos países participantes, de modo a subsidiar políticas de melhoria do ensino básico. A avaliação é aplicada em mais de 80 países. No Brasil, 13 mil jovens da rede pública e privada fizeram as provas e responderam aos questionários em maio de 2018.

O Brasil participa do Pisa desde sua primeira edição, em 2000, sendo o Inep a instituição responsável pela implementação e condução do programa no país. Essa participação tem permitido ao instituto crescimento no que tange ao conhecimento técnico que vem sendo aplicado em avaliações nacionais, bem como em relação à criação de novos indicadores. A participação no Pisa contribui, ainda, como subsídio para a elaboração de políticas públicas educacionais pelo Ministério da Educação.

Assessoria de Comunicação Social - INEP/MEC

topo 

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

MCTIC faz campanha de coleta de resíduos eletrônicos na 71ª SBPC

Lixo eletrônico é reaproveitado, recondicionado e reutilizado pelo MCTIC tanto em computadores para telecentros, bibliotecas e escolas, como na produção de material de reuso a partir dos resíduos

Os visitantes da 71ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) podem doar seus aparelhos eletrônicos usados e ajudar o planeta, destinando corretamente seu resíduo eletrônico. No estande do programa Computadores para Inclusão na Avenida da Ciência – Mundo MCTIC estão disponíveis caixas para coleta do material, que estão também distribuídas em outros pontos da feira. A iniciativa faz parte do programa Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC), do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)

O projeto dos CRCs completou 10 anos em 2018. A iniciativa promove a capacitação de jovens em situação de vulnerabilidade social por meio de oficinas, cursos e atividades relacionadas ao recondicionamento e operação de computadores, além do impacto ambiental ligado ao descarte de resíduos eletroeletrônicos.

Atualmente, há nove CRCs em funcionamento: Brasília (DF), Valparaíso (GO), Petrolina (PE), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), João Pessoa (PB), Emaús (PA), Maracanaú (CE) e São Paulo (SP). O programa já doou mais de 9.500 computadores, com mais de 1,1 mil toneladas de resíduos eletrônicos tratados. São mais de 5.200 jovens capacitados, 615 pontos de inclusão atendidos e 192 municípios beneficiados. O programa conta ainda com dois centros de formação itinerantes, chamado de CRC Móvel.

“São dois ônibus que vão a escolas públicas ensinar às crianças a importância de dar a destinação correta para o lixo eletrônico”, explica Gustavo Lima, coordenador para Formação da Secretaria de Telecomunicações do MCTIC. “Os ônibus também nos ajudam a realizar várias campanhas em locais que não possuem unidades fixas.” Uma destas unidades está estacionada e operando no campus da Unidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), que está sediando a reunião da SBPC 2019.

Em sua palestra na manhã desta terça-feira (23) na SBPC, na série Diálogos com o MCTIC, o coordenador apresentou o programa e apresentou dados sobre a coleta e o reaproveitamento dos resíduos. Além disso, ele explicou as campanhas de arrecadação realizadas em grandes feiras de ciência, como a SBPC e as Campus Party.

“Arrecadamos 10 toneladas no ano passado na Campus Party de Brasília, 21 toneladas na de São Paulo neste ano e mais 2 toneladas em Brasília”, comemora.

Quem doar seu lixo eletrônico no estande da Secretaria de Telecomunicações na Avenida da Ciência na SBPC ganha um brinde e estará concorrendo ao sorteio de 5 notebooks. “Isso vai importante para demonstrar a destinação correta dos equipamentos, e que o público realmente se interessa por isso”, afirma o coordenador.

Os equipamentos doados serão avaliados por profissionais, que também vão explicar à população que passar pelo espaço os passos para o recondicionamento de computadores e o tratamento dos resíduos. O CRC Móvel recebe celulares, impressoras, CPUs, monitores, notebooks, fontes de alimentação, entre outros.

Após o recondicionamento pela equipe, esses equipamentos serão doados para pontos de inclusão digital, como telecentros, escolas públicas e bibliotecas. O material que não puder ser reaproveitado é separado e tratado como lixo eletrônico.

CRCs

O Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC) é um espaço físico adaptado para o recondicionamento de equipamentos eletroeletrônicos e para a realização de cursos e oficinas, visando à formação cidadã e profissionalizante de jovens em situação de vulnerabilidade social com foco no processamento de equipamentos de informática usados, de modo a deixá-los em plenas condições de funcionamento.

A ação de apoio aos CRCs envolve a Administração Federal e seus parceiros na oferta de equipamentos de informática recondicionados, doados em plenas condições operacionais a Pontos de Inclusão Digital, tais como telecentros, escolas públicas e bibliotecas.

Além de promover a revitalização de Pontos de Inclusão Digital também capacita o jovem não somente para o mundo do trabalho, mas também para a vida adulta autônoma, promovendo sua formação cidadã. Os CRCs, ao final do processo de recondicionamento, promovem ainda o descarte dos resíduos de equipamentos eletroeletrônicos de forma ambientalmente correta, por meio de empresas certificadas, de acordo com a lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a lei sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

ASCOM/MCTIC

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Inep realiza pesquisa sobre a coleta de dados da educação superior

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) convida pesquisadores, professores, gestores educacionais e demais usuários da base de dados do Censo da Educação Superior para responder um questionário online até 30 de agosto. O objetivo é colher informações sobre a utilização dos dados para aperfeiçoar o processo de coleta do censo.

O instrumento de coleta de dados está em processo de revisão. Por isso, o Instituto conta com a colaboração fundamental de quem utiliza ou já consultou as informações do censo, acolhendo sugestões e críticas.

O formulário da pesquisa traz perguntas que ajudam a conhecer melhor quem usa as informações, com qual finalidade, quais são os dados mais consultados e, ainda, o que poderia melhorar no censo. A Coordenação-Geral do Censo da Educação Superior (CGCES) do Inep, por meio da Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed), elaborou o questionário, disponível no portal do Inep.

Censo da Educação Superior – Realizado anualmente pelo Inep, o Censo da Educação Superior reúne informações sobre as IES, os cursos, os docentes e os alunos. O preenchimento do censo é pré-requisito para a expedição de atos regulatórios e para a participação das IES em programas do Ministério da Educação, como o Prouni, o Fies e as bolsas da **Capes**. O censo subsidia ainda a Avaliação da Educação Superior, sendo

insumo para o cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e do Índice Geral de Cursos (IGC), dois dos Indicadores da Qualidade da Educação Superior divulgados pelo Inep.

Assessoria de Comunicação Social

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Último dia de inscrição para servidores e professores interessados em trabalhar no exame

Termina nesta segunda-feira, 29 de julho, a prorrogação das inscrições para servidores públicos federais e professores da rede pública estadual ou municipal interessados em trabalhar no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2019. A inscrição deve ser feita até as 23h59, exclusivamente pela internet, no Sistema RNC ou no aplicativo, considerando o horário oficial de Brasília.

Os selecionados atuarão na Rede Nacional de Certificadores (RNC) em um ou nos dois domingos de aplicação do Enem, em 3 e 10 de novembro. Os certificadores são representantes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em todos os locais de prova e são responsáveis por conferir vários procedimentos. O valor pago é de R\$ 342 por dia de exame, o que equivale a R\$ 28,50 por hora de trabalho.

Os interessados precisam cumprir alguns critérios antes de se inscreverem pela internet, no Sistema RNC ou pelo aplicativo da Rede. Antes da inscrição, é necessário realizar cadastro, exclusivamente pelo Sistema RNC. Quem tem cadastro de anos anteriores, pode atualizar as informações ou fazer a inscrição diretamente.

Todos os inscritos que atenderem aos critérios do Inep serão convocados para uma capacitação no formato de educação a distância. Aqueles que obtiverem a nota mínima exigida estarão aptos a atuar como certificadores do Enem. As demandas de trabalho serão emitidas na semana do exame, de acordo com a necessidade do Inep para cada local de prova. Em 2019, o Enem será aplicado em 1.728 municípios.

Critérios para participação

Ser servidor público do Poder Executivo Federal, em exercício em 2019, regido pela Lei nº 8.112, ou docente da rede pública estadual ou municipal de ensino, efetivo e registrado no Censo Escolar 2018.

Ter formação mínima em ensino médio.

Não estar inscrito e nem ter parentes inscritos no Enem 2019.

Não ter vínculo com qualquer atividade do Enem ou do Inep.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Plataforma deverá unificar acesso a inscrição de Enem, Sisu e Fies

MEC anunciou nesta segunda plano de migração de serviços da pasta para portal único, do governo federal

O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta segunda-feira, 29, um plano para migrar para uma só plataforma, do governo federal, o acesso a serviços da pasta como inscrições no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Segundo o MEC, o plano faz parte de uma estratégia de todo o governo.

"O governo federal já tem um portal único e o MEC fará parte desse portal", explicou nesta segunda-feira, 29, Antonio Vogel, secretário-executivo MEC. A previsão é de que a migração ocorra entre este ano e o fim do ano que vem. "Estamos em um plano do governo federal, que é ter um único portal. O MEC está se integrando nesse trabalho", disse Vogel.

Segundo o MEC, a ideia é que serviços como os do Denatran, Previdência e do MEC sejam todos acessados em uma mesma plataforma e com um só login. O acesso deverá ser feito pela plataforma gov.br.

Questionado em coletiva de imprensa em Brasília sobre o sigilo de dados de candidatos, por exemplo, Vogel disse que não haverá mudança. "O tratamento ao sigilo é o mesmo. A única questão é a maneira de acesso. O cidadão hoje tem um login para serviços do INSS, Detran, MEC. Ele vai passar a ter login único. Com um único login vai acessar tudo."

Segundo Alexandre Lopes, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela realização do Enem, o processamento das inscrições dos candidatos continuará sendo feito nos servidores do Inep.

"A diferença é a entrada. Hoje, temos login e senha para o candidato se inscrever nos exames do Inep. Esse login e senha vão passar a ser únicos para todo governo federal, mas o processamento das inscrições será feito nos servidores do Inep", disse Lopes.

Segundo Lopes, nas inscrições para o Enem do ano que vem já será implementado o login único. "Em 2020, ele (candidato) poderá usar a senha do Enem para acessar o Sisu e fazer a inscrição." Segundo o MEC, 99 serviços serão disponibilizados em ambiente digital até 2020 - a pasta não detalhou quais.

Enem digital

Segundo o MEC, as mudanças anunciadas nesta segunda-feira não se relacionam com a proposta de Enem digital. Em 3 de julho, a pasta informou que o exame passará a ser aplicado de forma digital a partir do próximo ano. O projeto prevê que 50 mil candidatos, em 15 capitais brasileiras, façam o modelo digital em 2020. A expectativa é de que o número seja ampliado progressivamente até 2026, quando a prova impressa será extinta.

LE MONDE DIPLOMATIQUE - TEMPO REAL

Future-se e o aporte de recursos de empresas

A proposta do governo é que as IFES diminuam seu custo mediante a "captação de recursos próprios" que adviriam de uma "maior interação com o setor empresarial para atividades de inovação". Essencial para isso seria a "criação de um ecossistema de inovação pujante nas IFES, possibilitando que trabalhem com maior foco em inovação e em parceria com empresas".

Em 17 de julho, O Ministério da Educação lançou o que parece ser o núcleo da política cognitiva (de educação e de ciência, tecnologia e inovação) da gestão de Jair Bolsonaro: o programa Future-se. Este texto procura complementar as várias manifestações que têm surgido desde então. Ele foca a sua intenção em equacionar o que considera o principal problema das instituições federais de ensino superior (IFES) – seu despropositado e

insustentável custo para o Estado – mediante a captação de recursos das empresas para pesquisa e desenvolvimento (P&D).

A intenção, como sabe quem analisa nossa política cognitiva, não é nova. O que é novo é o contexto em que ela reaparece, marcado pela radical “oessização” (OS) das universidades públicas, que vem sendo há muito concebida. Nosso objetivo é avaliar a probabilidade de ocorrência do círculo virtuoso, que o programa idealiza, mediante a análise dos trechos (entre aspas) apresentados no Future-se.

A proposta do governo é que as IFES diminuam seu custo mediante a “captação de recursos próprios” que adviriam de uma “maior interação com o setor empresarial para atividades de inovação”. Essencial para isso seria a “criação de um ecossistema de inovação pujante nas IFES, possibilitando que trabalhem com maior foco em inovação e em parceria com empresas”. O que seria alcançado com um maior “estímulo à atividade de inovação com a instalação de centros de pesquisa e inovação e de parques tecnológicos” de modo a gerar na interface com a sociedade um “ambiente de negócios favorável à criação e consolidação de startups”.

Fechando o círculo virtuoso que resolveria o problema, se estabeleceriam “parcerias” com as empresas proporcionando às IFES “alavancagem de recursos privados para inovação por meio de projetos de P&D”.

Para analisar a viabilidade desse círculo virtuoso, é necessário começar pela sua cena final que retrata as empresas localizadas no Brasil como interessadas em financiar “projetos de P&D” nas IFES. E o recurso a elas endereçado como capaz de reduzir significativamente seu custo.

Vamos iniciar indicando que, a julgar pela evidência empírica disponível e ao contrário do suposto pelo programa, a importância do resultado cognitivo imediato (“intangível” ou “desincorporado”) da pesquisa universitária para a empresa é, em todo o mundo, muito pequena.

Fundamenta essa afirmação a realidade observada nos EUA. Uma boa maneira de avaliar essa importância é a parcela do dispêndio em P&D das empresas que é alocada em projetos em parceria com universidades e institutos de pesquisa é fornecida pela National Science Foundation. Segundo ela, essa parcela é de apenas 1%.

Casualmente, de acordo com a mesma fonte, o quanto custa (ou se gasta) com o ensino superior naquele país é aproximadamente igual ao dispêndio das empresas em P&D: apenas 1% do que as universidades precisam para se manter, aquilo que elas arrecadam com contratos de pesquisa com as empresas. Claro que há exceções, a mais notável é do MIT, onde o valor desses contratos alcança mais de 15% do seu custo.

A realidade brasileira é muito parecida com a dos Estados Unidos no que se refere ao escasso interesse de empresas em realizar parcerias para P&D com universidades. Segundo a PINTEC-IBGE, no período 2006 a 2008, em que as empresas aumentavam sua produção e lucro, o salário aumentava e explodia o recurso disponibilizado para a inovação empresarial, apenas 7% das empresas inovadoras contataram universidades e institutos de pesquisa em busca de resultados de pesquisas. E, destas, 70% consideravam essa relação de baixa importância para sua estratégia de inovação.

Até aqui vão as semelhanças: a importância dos contratos de pesquisa com a empresa para o financiamento da nossa universidade é, seguramente, muito menor do que nos EUA.

Ao contrário do que ingenuamente dizem há anos os que elaboram nossa política cognitiva, não é por não ter a “função P&D internalizada”, que as empresas recorreriam à universidade para se beneficiar do resultado desincorporado da pesquisa ali realizada. Há muita coisa escrita por analistas dessa política que invalida essa ideia do senso comum mal informado.

Mas, para quem prefere evidências à “teoria”, cabe examinar o que ocorre numa das nossas universidades que mais recebe recursos por essa via. Na Unicamp, estimamos a participação dos recursos para pesquisa proveniente das empresas no seu orçamento em menos de 1,5%: dez vezes menos do que capta o MIT que lá “compete” com muitos outros “pesos pesados”. Fica aos que conceberam o programa, uma vez que o número correspondente à Unicamp (1,5%) mal ultrapassa o valor médio (1%) estimado para os EUA, divulgar os centésimos dez por cento que corresponde ao nosso país.

O mostrado até aqui é suficiente para evidenciar empiricamente a escassa viabilidade daquele círculo virtuoso. Em primeiro lugar porque, ainda que as empresas brasileiras (nacionais, estatais e multinacionais) baseassem sua estratégia de inovação em P&D, seria muito pouco o recurso que alocariam para parcerias com as universidades. E, em segundo, mesmo que isso ocorresse, a redução do custo das IFES para o Estado seria desprezível.

Mas, como qualquer política pública, é provável que o programa procure induzir um comportamento virtuoso junto aos atores envolvidos. E é por isso que afirma que um “ecossistema de inovação pujante nas IFES” seria capaz de gerar um “ambiente de negócios favorável à criação e consolidação de startups”.

De novo uma comparação com os EUA ajuda a avaliar a probabilidade de que isso venha a ocorrer.

O que se indicou acima não significa que nos Estados Unidos o resultado da pesquisa universitária não seja essencial para a inovação. Um indicador dessa importância provém também da National Science Foundation. Mais de 50% dos mestres e doutores lá formados em “ciências duras” (Engenharia, Física, Biologia, etc.), por serem imprescindíveis para o lucro e a competitividade das empresas, são por elas contratados para realizar P&D. De fato, o que nos países avançados é importante para as empresas é o conhecimento incorporado nos alunos que na universidade aprenderam a pesquisar.

No Brasil, a situação é absolutamente distinta. O conhecimento resultante da pesquisa universitária que é incorporado no pessoal formado é muito pouco relevante para as empresas.

De acordo com a **CAPES**, no período de 2006 a 2008, formamos aqui 90 mil mestres e doutores em “ciências duras”. O que então ocorria sugeria que, se as coisas funcionassem aqui como rezam os manuais da Economia da Inovação em que se baseiam os fazedores da política cognitiva, isso deveria induzir as empresas a inovar

realizando P&D. E, se fosse legítima a comparação com países como os EUA, 45 mil seriam contratados para realizar P&D em empresas.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, durante apresentação do programa “Future-se”. (Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil)

Mas aqui as coisas são diferentes: desses 90 mil profissionais, que, como no exterior, são muito bem formados mediante a pesquisa universitária para realizar a P&D empresarial, apenas 68, segundo a PINTEC-IBGE, foram contratados pelas empresas para trabalhar com P&D.

Embora isso já evidencie a escassa probabilidade da criação daquele “ambiente de negócios favorável” de que fala o programa, cabe avançar indicando que o mesmo vale no que diz respeito à probabilidade de que ele induza uma mudança no comportamento dos atores.

Há fatores estruturais, a todo momento reforçados pelo mercado, que muito dificilmente, num país capitalista (ainda que submetido a um rígido planejamento central), poderão ser alterados mediante a ação do Estado.

Essa afirmação ganha força se considerarmos a nossa ancestral dependência cultural e o estilo eurocêntrico (e, depois da segunda guerra, norte-americano) de organização social que adotamos. Essa nossa “condição periférica” faz com que praticamente tudo o que se fabrica aqui no “Sul”, na periferia do capitalismo, já tenha sido antes produzido no “Norte”. As exceções bem conhecidas confirmam a regra: as empresas “brasileiras”, por serem dotadas de perfeita racionalidade econômica, não realizem P&D. Elas preferem inovar, sobretudo a partir do abandono da industrialização via substituição de importações, via aquisição de tecnologia já desenvolvida. Em especial, a incorporada em máquinas e equipamentos, como revelam 80% das inovadoras pesquisadas pela PINTEC-IBGE.

Novamente, para avaliar a probabilidade de sucesso do Programa, nos parece conveniente um “parêntese histórico”...

Nossa elite científica vem declarando há mais de seis décadas que, através da política cognitiva que ela prioriza, é possível induzir os empresários “atrasados” a fazer (e gastar mais em) P&D. Afinal, segundo ela idealiza, essa é a forma como eles devem atuar para ter mais lucro e se tornar competitivos. Para isso ocorrer, eles consideraram que era necessário, por um lado, formar profissionais capazes de realizar P&D. E, por outro, “acostumar” a empresa a interagir com a universidade.

A primeira condição vem sendo alcançada. Contrastando flagrantemente com o resto do nosso sistema educacional, a pós-graduação e a pesquisa universitária brasileira, quando avaliada pelos critérios que usam os países avançados, estão entre as melhores do mundo. O que faculta à nossa liderança científica uma alegada sensação de dever cumprido, e faz com que se sinta autorizada a reivindicar a prerrogativa de receber recursos para continuar “fazendo a sua parte”.

Mas, uma parcela crescente da nossa comunidade de pesquisa (e até dessa liderança)

reconhece que é irrealista esperar que a segunda condição, que permitiria que o resultado do seu trabalho fosse aproveitado pelas empresas para se tornarem inovadoras e competitivas e que terminasse beneficiando o povo que paga seu salário, se verifique. Ela já percebeu também que o considerável, longo e reiterado esforço do Estado, de mediante “incubadoras” de empresas e outros arranjos, aclimatar professores e alunos “empreendedores” ao mercado, tem sido em vão; ou muito diminuto face ao tamanho do problema que seus líderes dizem poder equacionar. E que, por isso, a prerrogativa auto atribuída daquela elite não pode ser considerada um direito a ser assegurado por um programa que reedita antigas crenças do neoliberalismo local.

Mais além do que isso: a comunidade universitária está sinalizando a escassa viabilidade de que o Programa possa vir a induzir uma mudança no comportamento dos atores envolvidos; ainda mais num ciclo de prolongada retração econômica, quando os empresários ficam ainda mais arredios a qualquer investimento “inovador”, seja cognitivo ou, muito menos, real.

Para terminar, invocamos nossos filósofos mais autênticos. Como diria o Garrincha: para que o programa consiga a aproximação da universidade pública com o mercado, é preciso combinar com as empresas habilitadas para jogar esse jogo! Antecipando-nos ao que cobraria o Dadá Maravilha, prometemos que depois de analisar a problemática que evidencia seu provável fracasso, vamos mostrar a “solucionática”. Mas isso vai ter que ficar para outra vez...

Renato Dagnino faz parte do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp; Wagner Romão é presidente da ADUNICAMP; e Rogerio Bezerra da Silva é do Movimento pela Ciência e Tecnologia Pública.

topo ↕

PÁGINA 1 - PB - TEMPO REAL

MEC anuncia que vai digitalizar 99 serviços e prevê economia de R\$ 32,5 milhões
População deixaria de gastar R\$ 25,9 mi com despesas como gasolina, passagem de ônibus e tempo de deslocamento

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, apresentou nesta segunda-feira (29/07/2019) o plano de transformação digital do Ministério da Educação (MEC). A medida visa unificar as plataformas de serviços oferecidos pela pasta e prevê uma economia geral de R\$ 32,5 milhões por ano — R\$ 6,5 milhões para os cofres públicos e R\$ 25,9 milhões para a população. Segundo projeção do governo, o montante conta com despesas como gasolina, passagem de ônibus e tempo de deslocamento para realizar serviços presencialmente.

“O PROGRAMA ENVOLVE TODO O MEC PARA UNIFICAR A BASE. QUEREMOS FACILITAR A VIDA DO CIDADÃO E REDUZIR OS CUSTOS”, PONTUOU O TITULAR DA PASTA. WEINTRAUB RESSALTOU AINDA QUE OS OBJETIVOS DA MEDIDA SÃO REDUZIR A BUROCRACIA E OS CUSTOS PARA O CIDADÃO; SIMPLIFICAR O ACESSO AOS SERVIÇOS DO MEC; OTIMIZAR O USO DA FORÇA DE TRABALHO E REDUZIR TEMPO DE ESPERA.

Estarão reunidos na plataforma programas ligados à **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsers), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

(FNDE) e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O portal do MEC estará dentro da plataforma do governo (<http://gov.br>), que deve ser lançada ainda nesta semana. Com isso, o cidadão poderá acessar todos os serviços do Executivo federal — tanto da pasta da Educação quanto de outros ministérios — por meio de um único login. O usuário poderá também avaliar a qualidade do atendimento. A integração dos sites em um único portal foi desenvolvida pela equipe da Economia e da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Calendário

Ainda não há, contudo, um cronograma para a digitalização dos 99 serviços da pasta. A meta do governo é unificá-los até dezembro de 2020. O diretor de Tecnologia da Informação do MEC, Daniel Miranda Rogério, explicou que o login único do governo já está disponível para ser feito pelo cidadão, mas a migração dos programas do ministério para a plataforma deve ocorrer apenas no quarto trimestre do ano.

Na prática, enquanto todos os serviços não estiverem no portal do Executivo, o usuário terá mais de um login e uma senha. Programas mais conhecidos como o Exame Nacional do Ensino Médio (enem), o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) e o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) já era basicamente digitais. Portanto, o que mudou é que, quando o MEC conseguir integrar os dados deles no site do governo, o estudante poderá utilizar o mesmo login para todas as seleções.

DO TOTAL, 49 SERÃO APENAS PADRONIZADOS POR MEIO DO LOGIN ÚNICO, OU SEJA, JÁ SÃO DIGITAIS. OUTROS 16 PASSARÃO POR UMA “EVOLUÇÃO” QUE, SEGUNDO A PASTA, SERÃO 100% DIGITALIZADOS. JÁ 34 PROGRAMAS SÃO PRATICAMENTE PRESENCIAIS E SERÃO COMPLETAMENTE MIGRADOS PARA O MEIO DIGITAL.

Entre os primeiros serviços a serem levados para o portal único do governo, está o Bolsa Permanência, um benefício concedido pela pasta para estudantes indígenas e quilombolas do país. Segundo Rogério, a ordem de prioridade das outras iniciativas ainda vai ser definida pela área de negócios do ministério, mas o calendário será escalonado.

topo ↕

UERGS - TEMPO REAL

Cadeia produtiva do Arroz estará em discussão em Cachoeira do Sul

A Uergs em Cachoeira do Sul está organizando o 3º Colóquio Franco Brasileiro, que ocorrerá nos dias 1º e 2 de agosto, com o tema “Perspectivas e desafios na cadeia produtiva do arroz”. A programação conta com palestras e mesas que abordarão a produção de arroz orgânico, industrialização, comercialização, cadeia produtiva e os desafios da atividade orizícola.

As atividades são direcionadas a estudantes, agricultores, agentes públicos, técnicos, membros e representantes de cooperativas, sindicatos rurais e associações de produtores. Estão confirmadas as presenças de diversos especialistas na área, além do reitor da Uergs, Leonardo Beroldt, e do professor Frederic Fortunel, da Universidade Le Mans, da França.

O Colóquio é realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade da Uergs, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Ufrgs, pela Le Mans Université, pelo Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga), e pelo Cofecub/Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

As inscrições podem ser feitas por meio deste link e no início do evento, que ocorrerá no auditório do Sicredi.

Serviço

3º Colóquio Franco Brasileiro

Data: 1º e 2 de agosto

Local: Auditório do Sicredi (Rua Saldanha Marinho, 825, Cachoeira do Sul - RS)

Inscrições: neste link

[topo](#)

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Cobrança em universidades federais não traz resultados práticos, diz Weintraub Segundo o ministro, apenas 10% dos estudantes de instituições públicas teriam condições de arcar com as mensalidades

SÃO PAULO - O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou na manhã desta terça-feira, 30, que é contra a cobrança de mensalidade para alunos de alta renda em universidades federais porque "essa é uma medida que não trará resultados práticos". "Apenas 10% dos alunos das federais teriam condições de arcar com essa mensalidade", afirmou o ministro, em entrevista à Rádio Gaúcha.

Na avaliação de Weintraub, é preferível dar autonomia às universidades porque isso traria benefícios concretos "muito maiores" do que a cobrança de quem tem recursos.

"O debate que eu gostaria de fazer é os seguinte: se a graduação de um aluno de uma (universidade) federal é de, em média, R\$ 450 mil para o pagador de imposto, por que não chegamos para esse aluno e dizemos que daremos a ele R\$ 300 mil para se formar onde ele quiser?", sugeriu o ministro.

Weintraub foi questionado na entrevista sobre a meta de colocar 1,7 milhão de crianças nas creches. Segundo ele, para que a meta seja batida, são necessários R\$ 3,5 bilhões anuais.

"Esse é o custo de uma das maiores universidades federais do País, sendo que temos mais de 60. Quantos alunos atende uma universidade federal? Quarenta mil? Não é possível que o orçamento de uma universidade, apenas, custe mais do que o que custaria bater a meta de crianças na creche", disse o ministro.

Na avaliação de Weintraub, também é chocante que o custo de um diploma em universidade pública "seja de R\$ 450 mil", enquanto nas melhores universidades privadas do País, segundo ele, o gasto "não chegue à metade disso".

Novo Fundeb

O ministro foi enfático ao dizer que o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) distribuirá renda com base em resultados.

"Só Estado pobre recebe os recursos, o que é uma distorção porque você tem cidades ricas em Estados pobres recebendo dinheiro e, em contrapartida, municípios pobres em Estados considerados ricos, como o Rio Grande do Sul, sem receber nada", comentou.

Weintraub deu o exemplo de uma governadora que teria ido ao Ministério da Educação (MEC) pedir mais recursos para a educação. "Eu lhe perguntei: minha senhora, cadê os resultados?"

De acordo com o ministro, ela teria respondido que não interessavam os resultados e, sim, os recursos. Embora não tenha citado nominalmente, a única governadora mulher do Brasil é a petista Fátima Bezerra, do Rio Grande do Norte.

Programa Mestre Artesão

O ministro ainda informou que "muito em breve" o MEC lançará o programa Mestre Artesão. "Mais uma coisa para desconstruirmos dos esquerdófilos, de que o trabalho manual não é digno."

Segundo ele, o objetivo é capacitar mestres artesãos, "pessoas que têm conhecimento avançado sobre alguma atividade e que podem treinar aprendizes, ampliar o número de empregos e melhorar a educação".

Weintraub não deu mais detalhes sobre o programa, mas disse que será lançado em breve.

[topo](#)

UFSM - TEMPO REAL

Abertas as inscrições para cursos de inglês do Idiomas sem Fronteiras

O Núcleo de Línguas do Programa Idiomas sem Fronteiras da UFSM informa que estão abertas as inscrições para seis turmas gratuitas de inglês. As inscrições podem ser realizadas através de formulário de inscrição. O prazo para inscrições encerra às 12h de sexta-feira (2).

As vagas serão preenchidas conforme a ordem de inscrição. Os inscritos receberão um e-mail de confirmação da vaga a partir das 17h do dia 2. As aulas iniciam a partir de 05 de agosto.

Podem se inscrever alunos e servidores da UFSM. A oferta inclui curso de estratégias de leitura em inglês, que podem ajudar na preparação para o teste de suficiência da UFSM. Os dias e horários das turmas podem ser conferidos no cronograma.

Para esta edição, não há o pré-requisito do teste de nivelamento, exceto para a turmas de nível intermediário (B2), onde é necessário comprovar conhecimento prévio de inglês. Por meio do formulário de inscrição, é possível enviar um certificado que comprove a realização prévia de cursos de inglês no âmbito do IsF ou em outro local.

Devido à suspensão das bolsas **CAPES** para o programa, agosto será o último mês de 2019 com oferta de turmas gratuitas de inglês do Idiomas sem Fronteiras. As ofertas

para os demais idiomas seguem até o final de 2019, com fomento institucional da UFSM, e serão divulgadas em breve.

Outras informações podem ser obtidas na página do Idiomas sem Fronteiras – Inglês da UFSM <https://www.facebook.com/isfufsm/>.

topo ↕

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO - TEMPO REAL

Psicologia da Saúde oferece bolsa de pós-doutorado

Interessados devem apresentar documentação entre 5 e 30 de agosto

O Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo informa que estão abertas as inscrições para obtenção de benefício do Programa de Nacional de Pós-Doutorado – PNPd, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior – **CAPES**.

Será oferecida uma bolsa e as inscrições deverão ser realizadas de 5 a 30 de agosto de 2019, na Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde, de segunda a sexta-feira, das 9h às 11h30 e das 14h às 16h30, na Rua Alfeu Tavares, 149 – Ed. CAPA – 3º Andar – Sala 321, Rudge Ramos – São Bernardo do Campo – SP.

Para concorrer à bolsa é preciso possuir título de doutor, em cursos avaliados pela **CAPES** e reconhecidos pelo CNE/MEC; disponibilizar currículo atualizado na Plataforma Lattes do CNPq; não ser aposentado ou estar em situação equiparada; e cumprir com todas as exigências previstas no Regulamento do Programa Nacional de Pós-Doutorado – PNPd / **CAPES**.

Confira o edital

Comunicar erros

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Sou contra cobrar mensalidade em universidades federais, diz Weintraub

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou na manhã de hoje que é contra a cobrança de mensalidade para alunos de alta renda em universidades federais porque "essa é uma medida que não trará resultados práticos, uma vez que, em média, apenas 10% dos alunos das federais teriam condições de arcar com essa mensalidade". A afirmação do ministro foi feita em entrevista à Rádio Gaúcha.

Na avaliação do ministro, é preferível dar autonomia às universidades porque isso traria benefícios concretos "muito maiores" do que a cobrança de quem tem recursos. "O debate que eu gostaria de fazer é o seguinte: se a graduação de um aluno de uma (universidade) federal é de, em média, R\$ 450 mil para o pagador de imposto, porque não chegamos para esse aluno e dizemos que daremos a ele R\$ 300 mil para se formar onde ele quiser". Para ele, essa seria uma maneira de economizar o dinheiro do pagador de impostos e o estudante conquistar o seu diploma.

Weintraub foi questionado na entrevista sobre a meta de colocar 1,7 milhão de crianças nas creches. Segundo ele, para que a meta seja batida, são necessários R\$ 3,5 bilhões anuais. "Esse é o custo de uma das maiores universidades federais do País, sendo que temos mais de 60. Quantos alunos atende uma universidade federal? 40 mil? Não é possível que o orçamento de uma universidade, apenas, custe mais do que o que custaria

bater a meta de crianças na creche", disse o ministro.

Para ele, também é chocante que o custo de um diploma em universidade pública "seja de R\$ 450 mil, enquanto nas melhores universidades privadas do País o custo de uma graduação não chegue à metade disso".

Novo Fundeb

O ministro foi enfático ao dizer que o novo Fundeb distribuirá renda com base em resultados. "Só Estado pobre recebe os recursos, o que é uma distorção porque você tem cidades ricas em estados pobres recebendo dinheiro e, em contrapartida, municípios pobres em Estados considerados ricos, como o Rio Grande do Sul, sem receber nada", comentou.

Weintraub deu o exemplo de "uma governadora que veio aqui no MEC pedir mais recursos para a educação e eu lhe perguntei: minha senhora, cadê os resultados?". De acordo com o ministro, ela teria respondido que não interessavam os resultados, e sim os recursos. Embora não tenha citado nominalmente, a única governadora do Brasil é a petista Fátima Bezerra, governadora do Rio Grande do Norte.

Programa Mestre Artesão

O ministro ainda informou que "muito em breve" o MEC lançará o programa Mestre Artesão, "mais uma coisa para desconstruirmos dos esquerdófilos, de que o trabalho manual não é digno". O programa buscará capacitar mestres artesãos, "pessoas que têm conhecimento avançado sobre alguma atividade e que podem treinar aprendizes, ampliar o número de empregos e melhorar a educação". Weintraub não deu mais detalhes sobre o programa, mas disse que o mesmo será lançado em breve.